



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional
Direcção de Protecção Social, Solidariedade e Família(DPSSF)
Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
Agência Fiduciária de Administração de Projectos (AFAP)

PROTECÇÃO SOCIAL RESPOSTA E RECUPERAÇÃO AO COVID-19 (P178018)

PLANO DE ENVOLVIMENTO DE PARTES INTERESSADAS (PEPI)

DRAFT

Fevereiro de 2022

Índice

Acrónimos e Abreviaturas.....	4
1 Introdução.....	6
2 Breve resumo das actividades anteriores de envolvimento das partes interessadas realizado durante a preparação do projecto	9
3 Identificação e análise das partes interessadas	11
3.1 Introdução.....	11
3.2 Partes afectadas	12
3.3 Outras partes interessadas	12
3.4 Indivíduos ou grupos desfavorecidos / vulneráveis.....	12
4 Programa de Envolvimento de Partes Interessadas	14
4.1 Princípios orientadores e abordagem.....	14
4.2 Finalidade e calendário do programa de envolvimento das partes interessadas	16
4.3 Estratégia para a divulgação de informação	16
4.4 Estratégias e métodos para o envolvimento das partes interessadas.....	18
4.5 Estratégia proposta para incorporar o ponto de vista dos grupos vulneráveis	20
4.6 Cronograma.....	21
4.7 Análise e integração de comentários.....	22
5 Recursos e Responsabilidades para a implementação de actividades de envolvimento das partes interessadas	22
5.1 Recursos	22
5.2 Funções e responsabilidades de gestão.....	23
6 Mecanismo de Reclamação e Reparação (MRR).....	23
6.1 Mecanismo de Reparação de Reclamações existente	23
6.2 Acções a desenvolver para melhoria da eficiência e abrangência do MRR.....	26
6.2.1 Melhoria da eficiência do MRR na resolução de reclamações relativas ao Desempenho do Projecto.....	26
6.2.2 Extensão do MRR para os trabalhadores envolvidos no Projecto	30
6.2.3 Integração de reclamações relacionadas com EAS/AS	30
7 Monitorização e relatórios.....	32
7.1 Apresentação de relatórios aos grupos de interessados	33
ANEXO 1 - CONVITE PARA REUNIÃO DE CONSULTA	1
ANEXO 2 - PARTES INTERESSADAS CONVIDADAS E PARTICIPANTES NA REUNIÃO DE CONSULTA	6
ANEXO 3 - ACTA DA REUNIÃO DE CONSULTA	25
ANEXO 4 - APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS	36

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Factores de limitação de acesso a informação e/ou participação em acções de envolvimento, por parte de indivíduo/grupo desfavorecido/desfavorecido	13
Tabela 2- Estratégias propostas para a divulgação de informação.....	17
Tabela 3 – Métodos a utilizar no envolvimento de partes interessadas, nas fases de Preparação e Implementação do Projecto.....	19
Tabela 4 – Possíveis barreiras e estratégias para envolvimento de indivíduos/grupos vulneráveis ou desfavorecidos.....	20
Tabela 5 – Estimativa orçamental para a implementação do PEPI.....	22
Tabela 6 – Responsabilidades dos actores intervenientes no PEPI	23
Tabela 7 – Categorias e subcategorias de reclamações.....	27
Tabela 8 - Funções e responsabilidades dos actores envolvidos no MRR	28

Acrónimos e Abreviaturas

AFAP	Agência Fiduciária de Administração de Projectos
BM	Banco Mundial
DPSSF	Direcção de Protecção Social, Solidariedade e Família
EAS/AS	Exploração e Abuso Sexual/Assédio Sexual
GdSTP	Governo de São Tomé e Príncipe
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
MEES	Ministério da Educação e Ensino Superior
MRR	Mecanismo de Reclamação e Reparação
MTSFFP	Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional
NAS	Normas Ambientais e Sociais
OBC	Organização de Base Comunitária
OEFP	Observatório de Emprego e Formação Profissional
ONG	Organização Não Governamental
PCAS	Plano de Compromisso Ambiental e Social
PENPS	Política e Estratégia de Protecção Social
PEP	Pacote de Educação Parental
PEPI	Plano de Envolvimento de Partes Interessadas
PI&A	Partes Interessadas e Afectadas
PFV	Programa Famílias Vulneráveis
PRES	Programa de Resiliência Socioeconómica
QAS	Quadro Ambiental e Social

QGAS	Quadro de Gestão Ambiental e Social
RAP	Região Autónoma do Príncipe
STP	São Tomé e Príncipe
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VBG	Violência Baseada no Género

1 Introdução

São Tomé e Príncipe (STP) é um país insular de baixa renda, que enfrenta desafios típicos dos pequenos estados e que foi severamente afectado pela pandemia COVID-19, com impactos directos e graves impactos na economia de STP, principalmente através de perdas na indústria do turismo.

Em STP, 35% da população está abaixo do limiar nacional de pobreza e 25% da população vive com menos de 1,9 USD/dia (linha internacional de pobreza extrema). O valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de STP das Nações Unidas aumentou de 0,542 para 0,589 entre 2010 e 2017, colocando-o acima da média da África Subsaariana (0,537), mas abaixo da média de outros países do grupo de nível de desenvolvimento humano médio (0,645). A desnutrição crónica afecta uma em cada quatro crianças com menos de 5 anos e tem taxas relativamente elevadas de fertilidade total e adolescente. A desnutrição é particularmente severa para crianças de agregados familiares mais pobres. No contexto do desenvolvimento humano, STP é também vulnerável aos efeitos das alterações climáticas e da subida do nível do mar, devido à sua localização geográfica e pequena dimensão. (NAPA, 2016).

O Governo de STP (GoSTP) está empenhado em reduzir a pobreza no país, designadamente através do reforço do sistema de protecção social, conforme estabelecido na Política e Estratégia de Protecção Social (PENPS), aprovada no início de 2014. A administração do sistema de Protecção Social é gerida pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional (MLSFPT), sendo os programas de protecção social implementados pela Direcção de Protecção Social, Solidariedade e Família (DPSSF).

A operacionalização do PENPS tem sido apoiada pelo Banco Mundial (BM) desde 2019, através do Projecto de Protecção Social e Desenvolvimento de Competências (P163088), que está a apoiar: (i) o desenvolvimento de sistemas de entrega para programas de SP (incluindo um registo social e sistemas de pagamento); (ii) o apoio à implementação do Programa Família Vulnerável e do Programa de Educação Parental em todos os distritos do país e da Região Autónoma de Príncipe, com uma cobertura total de 2.500 beneficiários; e (iii) a facilitação do acesso de indivíduos pobres a actividades de desenvolvimento de competências. O âmbito original do projecto foi aumentado para mitigar os efeitos socioeconómicos da crise da COVID-19, prestando assistência social a 16.000 famílias.

O GoSTP está agora a preparar, com o apoio do BM, o **Projecto de Protecção Social e Resposta e Recuperação do COVID-19 (P178018)**, doravante referido como o "Projecto". O Projecto proposto tem como objectivo continuar a apoiar o GoSTP na expansão da cobertura do sistema de protecção social, para permitir uma transição suave da resposta de emergência da COVID-19, na fase de recuperação, reforçando a transição entre os programas de protecção social. O projecto terá uma cobertura nacional, abrangendo os seis distritos do país e a Região Autónoma de Príncipe.

O Projecto irá compreender quatro componentes, designadamente:

Componente 1. Reforço institucional do sector de protecção social, que visa responder às necessidades institucionais críticas para a implementação das actividades de protecção social (i) Reforço das capacidades operacionais do DPSSF (ii) Reforço do sistema de selecção dos beneficiários (iii) Reforço do Sistema de Informação de Gestão e ferramentas digitais, (iv) Reforço da GRM, (v) Reforço das capacidades operacionais para responder aos choques

(vi) Reforço da comunicação com os beneficiários de protecção social (vii) financiamento dos custos administrativos e operacionais da implementação do projecto, tais como a contratação de um prestador de serviços de pagamento.

Componente 2. Assistência social para o desenvolvimento do capital humano e inclusão económica, visando aumentar os programas de protecção social para mitigar a pobreza e proteger o capital humano e os investimentos económicos (apoiará a extensão temporal do VFP-COVID-19 e a expansão da cobertura das actividades regulares de VFP e desenvolvimento de competências)

Subcomponente 2.1. O Programa de Resiliência Socioeconómica para a resposta COVID-19, apoiará a extensão temporal do programa PFV-COVID-19 que abrange 16.000 beneficiários por mais seis meses, até ao final de 2022.

Subcomponente 2.2. Programa Famílias Vulneráveis (PFV), irá expandir e reforçar o actual Programa Famílias Vulneráveis como ponto de entrada para a mitigação da pobreza e apoiar a formação de capital humano, aumentando o VFP de 2.500 para 3.000/3.500 agregados familiares.

Subcomponente 2.3 Oportunidades de desenvolvimento de competências para os beneficiários da Protecção Social, apoiará a escala de actividades para aumentar a autonomia económica das famílias vulneráveis, especialmente entre as famílias chefiadas por mulheres, no contexto da recuperação económica da COVID-19.

Componente 3. Apoio à implementação do projecto, financiará directamente os custos associados à gestão fiduciária (FM) do projecto. Esta componente financiará o pessoal fiduciário partilhado da AFA, em todos os projectos financiados pelo Banco. Esta componente co-financiará um especialista em aquisições, um especialista em gestão financeira, uma conta e um especialista social e ambiental. A AFAP terá uma estreita coordenação com a equipa técnica do MLSFPT no que diz respeito aos aspectos fiduciários.

Componente 4. Componente Resposta de Emergência Contingente, permitirá uma rápida reafecção das receitas do projecto no caso de uma catástrofe ou crise natural ou provocada pelo homem que tenha causado ou seja susceptível de causar iminentemente um impacto económico e/ou social adverso importante. Aplicar-se-á a esta componente um Manual de Operações de Resposta de Emergência específico, detalhando o FM, a aquisição, as salvaguardas, e quaisquer outras disposições de implementação necessárias.

O Projecto continuará a ser implementado pela Direcção de Protecção Social, Solidariedade e Família (DPSSF) do Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional (MLSFPT). A Agência Fiduciária de Administração de Projectos (AFAP), do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA) será a agência de implementação fiduciária e de gestão dos aspectos ambientais e sociais do Projecto. Haverá um especialista ambiental e social da AFAP, baseado na DPSSF que ficará responsável pelo desempenho ambiental e social do Projecto, incluindo pela implementação do PEPI.

O **Projecto de Protecção Social e Resposta e Recuperação do COVID-19 (P178018)**, está a ser preparado no âmbito do Quadro Ambiental e Social (QAS) do Grupo Banco Mundial que compreende dez Normas Ambientais e Sociais (NAS). Em linha com a NAS1 sobre Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais, foi preparado um Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) e um Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS).

No QGAS foi realizada a identificação e avaliação de potenciais riscos ambientais e sociais. Prevê-se que o Projecto tenha riscos ambientais, saúde e segurança ocupacional baixos, decorrentes da implementação de actividades das subcomponentes 2.1 e 2.2 limitados a riscos de contágio por COVID-19, alguns riscos de saúde e segurança ocupacional e riscos

relacionados com incorrecta gestão de resíduos sólidos. Adicionalmente, na subcomponente 2.3, as aulas práticas de formação poderão vir também a ter riscos relacionados com inadequada gestão de resíduos sólidos, efluentes e substâncias perigosas, que se prevê que se trata de baixo risco. No caso de as actividades práticas ocorrerem ao ar livre, há também o risco de degradação/perturbação de habitats, flora e fauna. Em qualquer um dos casos prevê-se que os riscos serão baixos, dada a escala das actividades.

Já no que toca à componente social, poderão ocorrer riscos moderados, designadamente riscos de ocorrência de exploração e abuso sexual perpetrada por trabalhadores do Projecto, sobre candidatos ou beneficiários das oportunidades da Componente 2, ou assédio sexual a outros trabalhadores. Dado o contexto de violência baseada no género no país, em que as vítimas são essencialmente mulheres mais pobres e com menor nível de educação e em que tem havido uma tendência de aumento de situações de abuso de menores, este risco é considerado moderado. Foi também identificado o risco de captura de benefício por parte de elites, de famílias mais vulneráveis não serem priorizadas ou terem mais dificuldade em usufruir das oportunidades e de haver conflitos entre trabalhadores e candidatos/beneficiários descontentes com o Projecto, em resultado de má gestão de expectativa ou falta de eficiência do Mecanismo de Reclamação e Reparação (MRR). Foi ainda identificado risco de contaminação de COVID na comunidade e riscos sociais relacionados com uso indevido do subsídio (como para consumo de álcool) e risco de conflito em seio familiar derivado de desentendimentos sobre posse e uso do subsídio ou simplesmente por alteração da dinâmica familiar, quando a mulher passa a ser detentora de maior rendimento. Estas situações, tal como o consumo excessivo de álcool aumentam o risco de violência doméstica contra a mulher e as crianças.

No QGAS foram identificadas medidas de mitigação para prevenir e remediar estes riscos, que foram sistematizadas num Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) que identifica responsabilidades e prazos para a implementação das medidas. Foi também preparado um Plano de Acção relativo ao risco de Exploração e Abuso Sexual (EAS) e de Assédio Sexual (AS) e um Procedimento de Gestão de Mão de Obra (PGMO). Foram definidos procedimentos para a gestão ambiental e social de subprojectos cuja localização e detalhes apenas serão conhecidos na fase de implementação.

De acordo com a *NAS 10*, referente ao *Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações*, as agências de implementação devem fornecer aos interessados informação oportuna, relevante, compreensível e acessível, e consultá-los de uma forma culturalmente apropriada, livre de manipulação, interferência, coacção, discriminação e intimidação, sendo requerida a preparação de um Plano de Envolvimento de Partes Interessadas (PEPI).

O presente documento constitui o PEPI do Projecto de Protecção Social e Resposta e Recuperação do COVID-19, elaborado tendo em consideração os requisitos da *NAS10*, bem como o estabelecido da legislação nacional sobre participação pública.

O PEPI tem como objectivo geral definir um programa para o envolvimento das partes interessadas, divulgação e consulta pública de informação, ao longo de todo o ciclo do projecto. O PEPI descreve as formas como a equipa do projecto irá comunicar com as partes interessadas e afectadas (PI&A) e inclui um mecanismo através do qual as pessoas podem levantar preocupações e receber retornos, ou apresentar queixas sobre o projecto e quaisquer actividades relacionadas com o projecto.

O PEPI é um documento vivo que deverá ser continuamente actualizado, à medida que vão sendo definidos os subprojectos e as partes interessadas.

Em complemento ao PEPI, foram preparados mais dois Instrumentos Ambientais e Sociais (IAS) do **Projecto de Protecção Social e Resposta e Recuperação do COVID-19**, designadamente um

Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) e um Plano de Compromissos Ambiental e Social (PCAS).

O QGAS avalia potenciais riscos e impactos ambientais e sociais do Projecto e define formas de gestão, visando a sustentabilidade ambiental e social durante a implementação. O QGAS integra um Procedimento de Gestão de Mão-de-obra (PGM) e Avaliação de Risco e Plano de Acção sobre Violência Baseada no Género.

O PCAS sintetiza as medidas e acções a serem implementadas definindo os respectivos prazos e responsabilidades. O PCAS constitui um documento de carácter legal, que será anexado ao contrato de financiamento.

A versão provisória (Draft) destes PEPI, assim como do QGAS e do PCAS foram divulgadas e consultadas em São Tomé e Príncipe, tendo sido integrados nesta versão os contributos das partes interessadas, captados no processo de consulta.

2 Breve resumo das actividades anteriores de envolvimento das partes interessadas realizado durante a preparação do projecto

Uma vez que o presente Projecto constitui uma continuação das actividades implementadas pelo Projecto de Protecção Social e Desenvolvimento de Competências (PPSDC), em curso, a preparação do Projecto e dos respectivos instrumentos ambientais e sociais teve em consideração os contributos do processo de envolvimento de partes interessadas realizado em Setembro de 2021, durante a preparação da Avaliação Social Rápida, que envolveu entrevistas a colaboradores no projecto (32 entrevistados da AFAP, DPSSF, câmaras distritais, Polícia Judiciária, Comandos Distritais da Polícia Nacional, Centro de Aconselhamento contra Violência Doméstica, Federação de Manutenção de Estradas e órgãos da comunicação social) e grupos focais com beneficiários nos distritos de Água Grande (15 participantes), Lembá (20 participantes), Lobata (9 participantes) e Mé-Zochi (10 participantes). Da mesma forma, foram também considerados os contributos da Avaliação Externa sobre a execução de verificações pontuais de pagamentos por transferência de dinheiro no âmbito dos pagamentos aos beneficiários do Programa Famílias Vulneráveis, que incluiu entrevistas a coordenadores e técnicos distritais nos distritos de Lembá e Mé-Zochi e a algumas beneficiárias, para além de observação participante durante o processo de pagamento, realizadas entre Dezembro de 2020 e Janeiro de 2021.

No dia 8 de Fevereiro de 2022 realizou-se uma reunião de consulta para apresentação e discussão do Projecto e dos respectivos Instrumentos Ambientais e Sociais (PEPI, QGAS e PCAS) em preparação. Dados os constrangimentos impostos pela pandemia COVID-19, a consulta foi efectuada simultaneamente de forma presencial e remota, através da plataforma Zoom, tendo contado com um total de 62 participantes presenciais distribuídos por quatro salas (três em São Tomé e uma na RAP) e 11 participantes remotos, totalizando 73 participantes.

A divulgação da reunião foi realizada por convites a um total de 87 partes interessadas previamente identificadas, contactadas por carta, email e telefone (ver Anexo 1). Estas partes interessadas compreenderam representantes comunitários (líderes locais, pontos focais comunitários do MRR da Protecção Social), representantes de Câmaras Distritais, Comandos Distritais da Polícia Nacional, ONGs, DPSSF Central e/RAP Distrital, AFAP, prestadores de serviço dos programas de transferência da Protecção Social e representantes de outros ministérios. Por forma a facilitar a participação na reunião, foi providenciado apoio de transporte para os participantes.

Na figura seguinte apresenta-se a distribuição dos participantes por categoria de parte interessada, sendo de salientar a participação de representantes comunitários (23% dos participantes) e ONGs (12% dos representantes), incluindo ONGs representativas de grupos vulneráveis, tais como a ACASTEP - Associação de Cegos e Amblíopes de STP, SOS Mulher e ARCAR - Associação Para Reinserção de Crianças Abandonadas e em Situação de Risco.

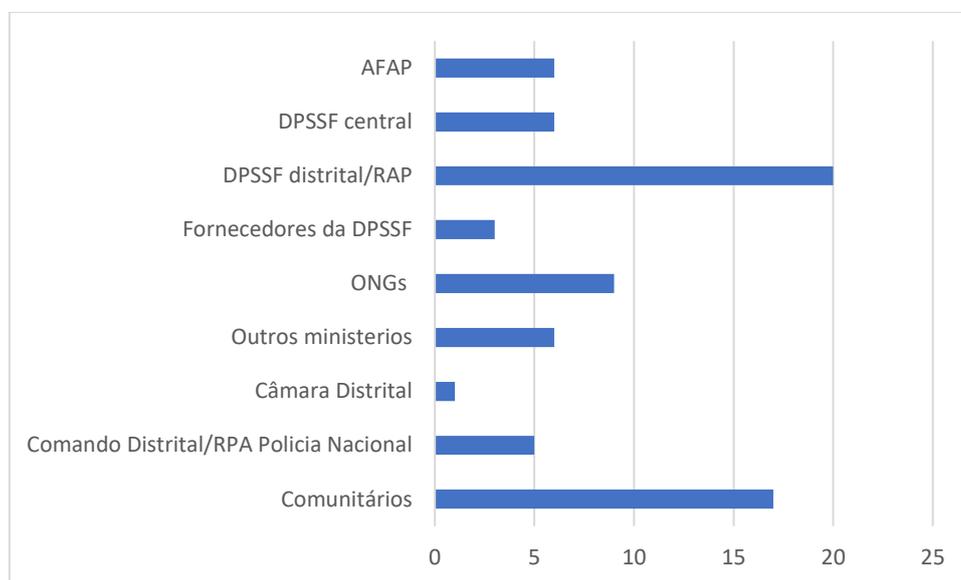


Figura 1 – Distribuição de partes interessadas envolvidas na reunião de consulta, por categoria

No Anexo 2 é apresentada a acta da reunião, identificando-se as questões e comentários apresentados pelas partes interessadas, a forma como foram respondidos na reunião e integrados nos instrumentos ambientais e sociais.

Em síntese, as principais questões apresentadas são:

- Preocupação com o processo de selecção de beneficiários e com o risco de serem seleccionadas famílias que não cumprem os critérios de elegibilidade e de exclusão de famílias mais necessitadas.
 - As partes interessadas recomendam que haja sempre o envolvimento dos líderes comunitários durante a divulgação de informação e no recenseamento.
 - Os pontos focais consideram que é importante terem alguma forma de identificação na comunidade.
 - A Associação de Cegos e Amblíopes de STP solicitou envolvimento durante o processo de identificação de indivíduos vulneráveis
- Preocupação com situações de mau uso do subsídio por parte dos beneficiários e de situações de violência doméstica, resultante de conflitos sobre posse e uso do subsídio
 - Pontos focais do MRR consideram que deveriam ser mais envolvidos com os trabalhos dos técnicos sociais, para apoiarem no acompanhamento
 - Necessidade de fazer mais sensibilização das beneficiárias para a gestão e uso do subsídio
- Necessidade de fiscalização da implementação das medidas preconizadas nos instrumentos ambientais e sociais

- Preocupação com o risco de saúde dos trabalhadores da Protecção Social (nomeadamente de contaminação por COVID-19) durante o atendimento dos beneficiários
- Melhoria do MRR
 - Foi sugerido que para facilitar a apresentação de reclamações por pessoas com baixo nível literário, os formulários deverão discriminar categorias de reclamações a serem seleccionadas pelo reclamante.
 - Foi considerado que será também importante operacionalizar o atendimento pela linha verde
 - Foi recomendada uma maior articulação dos pontos focais do MRR com os técnicos sociais e uma gratificação aos pontos focais, como forma de aumentar a motivação e desempenho.
- Interesse de envolvimento das partes interessadas durante a implementação do Projecto

As preocupações apresentadas já estavam em geral consideradas nos instrumentos ambientais e sociais, mas tal como apresentado no Anexo 2, forma em alguns casos reforçadas ou mais detalhadas.

Os instrumentos ambientais e sociais preparados serão divulgados na página da internet da AFAP e do Banco Mundial. Os comentários /contributos serão integrados nos respectivos relatórios finais.

3 Identificação e análise das partes interessadas

3.1 Introdução

Para efeitos de um envolvimento eficaz e adaptado é essencial efectuar previamente a identificação das partes interessadas e afectadas pelo projecto, identificando os seus interesses, possíveis papéis e grau de influência no projecto. Para tal as partes interessadas e afectadas são divididas nas seguintes categorias principais:

- *Partes afectadas* - pessoas, grupos e outras entidades dentro da Área de Influência do Projecto que são potencialmente directamente afectadas pelo projecto e/ou que foram identificadas como mais susceptíveis a mudanças associadas ao projecto, que precisam, portanto, de estar estreitamente envolvidas na identificação dos impactos e do seu significado, bem como na tomada de decisões sobre medidas de mitigação e de gestão;
- *Partes Interessadas* - indivíduos/grupos/entidades que podem não sofrer impactos directos do projecto, mas que consideram ou percebem que os seus interesses são afectados pelo projecto e/ou que podem afectar o projecto e o processo da sua implementação de alguma forma; e
- *Indivíduos ou Grupos Desfavorecidos/Vulneráveis* - pessoas que podem ser desproporcionadamente afectadas ou ainda mais desfavorecidas pelo projecto em comparação com quaisquer outros grupos devido ao seu estatuto vulnerável ¹, e que podem exigir esforços especiais de envolvimento para assegurar a sua representação equitativa na consulta e no processo de tomada de decisão associado ao projecto.

¹O estatuto vulnerável pode provir da raça, nacionalidade, origem étnica ou social, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, propriedade, idade, cultura, nível de alfabetização/educação, doença, deficiência física ou mental, pobreza ou desvantagem económica de um indivíduo ou grupo, e dependência de recursos naturais únicos.
Projecto de Protecção Social e Resposta e Recuperação do COVID-19, em STP
Plano de Envolvimento de Partes Interessadas - DRAFT

3.2 Partes afectadas

As partes afectadas incluem comunidades locais, membros da comunidade e outras partes que possam estar sujeitas a impactos directos do Projecto. Especificamente, os seguintes indivíduos e grupos inserem-se nesta categoria:

- Membros de famílias vulneráveis
- Trabalhadores envolvidos no Projecto (DPSSF, AFAP e de provedores de serviços)
- Líderes comunitários
- Câmaras Municipais e Governo da RAP
- Organizações de Base Comunitária
- Entidades parceiras da Protecção Social (tais como UNICEF, Associação de Psicólogos de STP, entre outras)
- Direcção de Protecção Social, Solidariedade e Família (DPSS)
- Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional (MLSFPT)
- Ministério da Educação

3.3 Outras partes interessadas

- Outros ministérios
- Líderes de Partidos Políticos
- Líderes religiosos
- Profissionais da Comunicação Social
- Grupos da sociedade civil e ONG a nível nacional e distrital que actuam na área de desenvolvimento social e comunitário
- Empresários e fornecedores de serviços, bens e materiais dentro da área do projeto que estarão envolvidos na cadeia de fornecimento mais ampla do projeto
- Público em geral.

3.4 Indivíduos ou grupos desfavorecidos / vulneráveis

De acordo com o QAS do Grupo Banco Mundial, indivíduos ou grupos menos favorecidos ou vulneráveis referem-se àqueles que têm maior probabilidade de serem afetados negativamente pelos impactos do projeto e/ou têm maiores limitações na sua capacidade de aproveitar os benefícios do projeto. Tal indivíduo/grupo também têm mais probabilidade de ser excluídos ou incapazes de participar plenamente no processo principal de consulta e, conseqüentemente, podem requerer medidas específicas e/ou assistência para tanto.

A situação de pobreza de grande parte da população confere por si só um estado de vulnerabilidade social, mas apresenta especial vulnerabilidade as famílias que se encontram no quintil de maior pobreza. Tratam-se em geral de famílias com baixo nível de educação, que podem estar a ser estigmatizadas. Menor capacidade de posse e acesso a meios de comunicação social como televisão, rádio, jornal ou internet) e menor dificuldade de acesso a meio de transporte.

Foram identificadas outras duas questões principais que podem traduzir em maior vulnerabilidade, nomeadamente o isolamento (comunidades em áreas remotas, de difícil acesso), a falta de domínio da língua utilizada na comunicação (em especial entre os falantes de angolano, crioulo cabo-verdiano e lungué).

Serão também particularmente vulneráveis indivíduos portadores de deficiência física (com dificuldades de locomoção), invisuais ou portadores de incapacidade auditiva (com

dificuldades no acesso à informação) e pessoas com problemas cognitivos (dificuldade de compreensão das mensagens da comunicação). Algumas doenças crónicas, como HIV/SIDA poderão colocar indivíduos numa situação de maior vulnerabilidade, incluindo marginalização, derivada do estigma associado à doença.

A discriminação da mulher na sociedade e no seio familiar pode condicionar o acesso à informação divulgada e a acções de envolvimento.

Na tabela seguinte estão sistematizados os factores de limitação de acesso a informação e/ou de participação em acções de envolvimento, necessidades específicas e meios de comunicação preferenciais.

Tabela 1 – Factores de limitação de acesso a informação e/ou participação em acções de envolvimento, por parte de indivíduo/grupo desfavorecido/desfavorecido

Indivíduo / Grupo vulnerável/desfavorecido	Factores de limitação de acesso a informação e/ou participação em acções de envolvimento	Necessidades	Meios de comunicação preferenciais
Famílias em pobreza extrema	Estigma pela sociedade Baixo acesso a meios de comunicação social (jornal, rádio, televisão ou internet) Baixo nível de literacia, menos domínio da língua portuguesa	Mensagens claras Possibilidade de uso de línguas locais	Rede comunitária Comunicação porta a porta
População residente em áreas remotas e isoladas	Comunicação condicionada por estradas precárias e falta de acesso à energia e telecomunicações	Possibilidade de uso de línguas locais	Reuniões comunitárias Rádio
Pessoas com falta de domínio da língua utilizada na comunicação	Dificuldades de compreensão das mensagens, por falta de domínio da língua	Uso de línguas locais	Reuniões comunitárias em horário que se adequa à disponibilidade da comunidade
Indivíduos com deficiência ou doença crónica	Estigma da sociedade (em especial doentes de HIV/SIDA) Dificuldades de locomoção de doentes crónicos ou deficientes físicos limita participação em reuniões Deficientes visuais e auditivos terão barreiras no acesso a comunicação escrita ou oral	Transporte	Contactos porta a porta Reuniões comunitárias, desde que seja providenciado transporte
Agregados familiares chefiados por mulheres (principalmente quando viúvas ou mães solteiras com filhos menores de idade)	Acesso à informação divulgada e a acções de envolvimento pode ser condicionado por discriminação da mulher na sociedade e no seio familiar, Dificuldades de compreensão das	Uso de línguas locais	Reuniões comunitárias em horário que se adequa à disponibilidade da comunidade

	mensagens dado o menor nível de alfabetização e educação		
	Menor domínio da língua portuguesa		

Foram identificadas organizações representantes destes indivíduos/ grupos, a serem envolvidas durante a preparação e implementação do Projecto, designadamente:

- ACASTEP - Associação de Cegos e Amblíopes de STP
- ADAESTEP – Associação dos deficientes Físicos
- ASSTP – Associação dos Surdos e Mudos
- SOS Mulher
- Associação Sãotomense das Mulheres Juristas
- ARCAR - Associação Para Reinserção de Crianças Abandonadas e em Situação de Risco
- Cruz Vermelha Nacional
- Helpo

4 Programa de Envolvimento de Partes Interessadas

4.1 Princípios orientadores e abordagem

De modo a satisfazer as abordagens das melhores práticas, o projecto aplicará os seguintes princípios para o envolvimento das partes interessadas:

- Abertura e abordagem de ciclo de vida: consultas públicas para o(s) projecto(s) serão organizadas durante todo o seu ciclo de vida, realizadas de uma forma aberta, livre de manipulação externa, interferência, coerção ou intimidação;
- Participação informada e feedback: a informação será fornecida e amplamente distribuída entre todas as partes interessadas para fases e decisões chave do Projecto, num formato apropriado; são definidos prazos para analisar e abordar comentários e preocupações para comunicar o feedback das partes interessadas;
- Inclusividade e sensibilidade: a identificação das partes interessadas é empreendida para apoiar uma melhor comunicação e construir relações eficazes. O processo de participação para os projectos é inclusivo. Todas as partes interessadas são encorajadas a participar no processo de consulta em todas as ocasiões. O acesso equitativo à informação é facultado a todas as partes interessadas. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental subjacente à selecção dos métodos de participação. É dada especial atenção aos grupos vulneráveis, em particular mulheres, jovens, idosos, pessoas com deficiência, pessoas deslocadas, pessoas com problemas de saúde subjacentes, e as sensibilidades culturais de diversos grupos étnicos. As consultas deverão ser planeadas tendo em consideração os diferentes níveis de educação e analfabetismo, que podem afectar a compreensão de um processo de consulta. Devem ser culturalmente adequadas para os diferentes grupos, nomeadamente para mulheres e diferentes grupos étnicos (requerendo a utilização da língua local, mas também da língua dos deslocados internos) e religiões. O estado civil e a idade também podem ser factores importantes, que requerem adaptações dos métodos utilizados, a fim de garantir a maior abrangência possível.
- Flexibilidade: se o distanciamento social inibe as formas tradicionais de envolvimento, a metodologia deve adaptar-se a outras formas de envolvimento, incluindo várias formas de comunicação via Internet.

A DPSSF fornecerá aos interessados informação oportuna, relevante, compreensível e acessível, e consultá-los-á de uma forma culturalmente apropriada, livre de manipulação, interferência, coerção, discriminação e intimidação.

Dada a actual situação de disseminação da pandemia COVID-19 no país, na definição das metodologias de divulgação e envolvimento, será adoptada uma abordagem de precaução no processo de consulta para prevenir infecções e/ou contágios, dada a natureza altamente infecciosa da COVID-19.

O PEPI deverá ser actualizado e adaptado com a evolução do estado da pandemia e restrições associadas, requerendo:

- Identificar e rever as actividades planeadas no âmbito do projecto que requerem o envolvimento das partes interessadas e consultas públicas.
- Avaliar o nível de envolvimento directo proposto com as partes interessadas, incluindo localização e dimensão das reuniões propostas, frequência do envolvimento, categorias de partes interessadas (internacionais, nacionais, locais), etc.
- Avaliar o nível de riscos de transmissão do vírus para estes compromissos, e como as restrições que estão em vigor no país / área do projecto afectariam estes compromissos.
- Identificar as actividades do projecto para as quais a consulta/envolvimento é crítica e não pode ser adiada sem ter um impacto significativo nos prazos do projecto. Por exemplo, selecção de opções de reassentamento pelas pessoas afectadas durante a implementação do projecto. Reflectindo a actividade específica, considerar meios viáveis de conseguir o contributo necessário das partes interessadas (ver mais abaixo).
- Avaliar o nível de penetração das TIC entre os principais grupos de interessados, para identificar o tipo de canais de comunicação que podem ser efectivamente utilizados no contexto do projecto.

Enquanto houver restrições de ajuntamento serão adoptadas as seguintes directrizes:

- Evitar reuniões públicas presenciais (tendo em conta as directrizes nacionais relacionadas com COVID-19), incluindo consultas públicas, workshops e reuniões comunitárias;
- Quando forem permitidas/aconselhadas pequenas reuniões, serão conduzidas consultas em sessões de pequenos grupos, tais como reuniões de grupos focais. Se não forem permitidas ou aconselhadas, serão realizados os esforços razoáveis para conduzir reuniões não presenciais (On-line) com as partes interessadas que tiverem acesso a tecnologia necessária;
- Diversificação de meios de comunicação e confiar mais nos meios de comunicação social e plataformas digitais.
- Utilização de canais tradicionais de comunicação, nomeadamente rádios comunitárias para divulgação de informação relevante
- Utilização de canais tradicionais de comunicação, já utilizados pela DPSSF, através das autoridades locais, ou organizações de base comunitária (como associações de pescadores), que podem ser altamente eficazes na transmissão de informação relevante aos interessados, e permitir-lhes fornecer o seu feedback e sugestões.
- Deve estar contemplada a utilização de línguas locais.

4.2 Finalidade e calendário do programa de envolvimento das partes interessadas

O programa de envolvimento das partes interessadas tem como objectivo informar as partes interessadas e afectadas sobre as oportunidades e actividades do projecto e sobre as directrizes e acções de gestão ambiental e social adoptadas, e possibilitar que estas apresentem contributos, dúvidas ou reclamações, a serem devidamente consideradas pela equipa do Projecto.

Na fase de preparação do Projecto, o principal objectivo das acções a implementar no âmbito do PEPI será a divulgação dos Drafts dos Instrumentos Ambientais e Sociais (IAS) preparados e recolha de contributos, a serem integrados nos respectivos relatórios finais.

Na fase de implementação, deverá ser dada continuidade à divulgação dos IAS, em especial o MRR, ao longo de toda a implementação do Projecto. Terá ainda de ser assegurada a ampla divulgação de informação referente às oportunidades de benefício, critérios de elegibilidade, procedimentos de selecção e de supervisão da selecção, incluindo aos grupos vulneráveis. Neste caso é essencial que a divulgação ocorra antes do início da identificação de indivíduos/famílias candidatas ao benefício.

Em todos os casos as actividades terão de adaptar estratégias que garantam envolvimento de indivíduos ou grupos vulneráveis ou desfavorecidos.

4.3 Estratégia para a divulgação de informação

A estratégia de divulgação de informação sobre o projecto será realizada através de diversos meios, que variam consoante o nível geográfico das partes interessadas, nível de influência e de interesse, compreendendo:

- Meios de comunicação social
- Página Internet
- Canais de comunicação local (nomeadamente através de autoridades comunitárias e rádios comunitárias)
- Afixação de informação em locais de afluência de possíveis beneficiários
- Contactos porta a porta, através de Técnicos Sociais

Na tabela seguinte são apresentados os métodos propostos para as partes interessadas identificadas, nas fases de preparação e implementação do Projecto. Estes métodos podem ser actualizados nas actualizações do PEPI, mediante o sucesso atingido na sua implementação.

Tabela 2- Estratégias propostas para a divulgação de informação

Fase do Projecto	Informação a ser divulgada	Público-Alvo	Métodos propostos	Reponsáveis
Preparação	Conteúdo do projecto e drafts dos Instrumentos Ambientais e Sociais (IAS)	Todas as partes interessadas	Reunião de consulta Página da internet da AFAP	DPSSF
Implementação	Oportunidades de benefício, critérios de elegibilidade, PMT, procedimentos de selecção e de supervisão da selecção, incluindo aos grupos vulneráveis	Todas as partes interessadas	Meios de comunicação social (televisão, rádio, jornais) Página da internet da AFAP e MTSFFP/ DPSSF Medias sociais (tais como Facebook, whatsapp)	DPSSF
		Comunidades Alvo	Afixação de informação nas comunidades alvo, em locais de afluência de possíveis beneficiários Rádios comunitárias Lideranças locais Reuniões comunitárias	DPSSF
	Informação sobre disponibilidade de acesso a MRR (incluindo para EAS/AS) e forma de funcionamento	Comunidades Alvo	informação nas comunidades alvo, em locais de afluência de possíveis beneficiários Rádios comunitárias Lideranças locais Reuniões comunitárias	AFAP/DPSSF
	Estatísticas de reclamações e resolução de reclamações do MRR	Todas as partes interessadas	Página da internet da AFAP e MTSFFP/ DPSSF Medias sociais (tais como Facebook, whatsapp)	AFAP/DPSSF
Comunidades Alvo		Lideranças locais Reuniões comunitárias	AFAP/DPSSF	

4.4 Estratégias e métodos para o envolvimento das partes interessadas

O envolvimento das partes interessadas será realizado com base em reuniões, que podem ser individuais, em grupo ou mesmo públicas.

Dadas as limitações de ajuntamentos impostas pela pandemia COVID 19 e eventuais limitações de circulação, em algumas situações serão privilegiadas reuniões não presenciais.

Na tabela seguinte são apresentados os métodos propostos, que poderão ser revistos ao longo do ciclo do Projecto. Estes métodos compreendem:

- Reuniões públicas
- Reuniões/workshops com pequenos grupos de partes interessadas
- Reuniões individuais
- Contactos porta a porta, através de Técnicos Sociais.

O envolvimento será um processo participativo que pressupõe, para além da divulgação de informação, a recolha de contribuições que deverão ser devidamente consideradas.

O envolvimento das diferentes categorias de partes interessadas deve ter em consideração as respectivas necessidades apresentadas na tabela seguinte.

Tabela 3 – Métodos a utilizar no envolvimento de partes interessadas, nas fases de Preparação e Implementação do Projecto

Fase do Projecto	Tópico de consulta / mensagem	Método a utilizar	Público-Alvo	Responsabilidades
Preparação	Apresentação dos componentes do projecto e dos Instrumentos Ambientais e Sociais	Reunião de consulta <i>presencial e remota</i>	Todas as partes interessadas	DPSSF e AFAP
Implementação	Auscultação de preocupações e expectativas relacionadas com a implementação do Projecto, em especial com critérios de elegibilidade, procedimentos de selecção e supervisão	Reuniões comunitárias	Comunidades alvo	DPSSF e EAS AFAP
	Medidas de gestão ambiental e social consideradas nos Instrumentos Ambientais e Sociais, em especial o MRR	Reuniões comunitárias Reuniões com grupos de beneficiários	Comunidades alvo Beneficiários	EAS AFAP
	Recolha de contributos para melhoria da eficiência do projecto, com especial atenção para grupos vulneráveis	Reuniões com pequenos grupos de beneficiários Porta a porta, principalmente	Beneficiários	DPSSF e EAS AFAP
	Apresentação de estatísticas do MRR e evidências que demonstrem que as preocupações e contributos foram devidamente consideradas pelo Projecto	para famílias vulneráveis, através dos técnicos sociais	Beneficiários	DPSSF e EAS AFAP

4.5 Estratégia proposta para incorporar o ponto de vista dos grupos vulneráveis

O Projecto levará a cabo um envolvimento direccionado de grupos/indivíduos vulneráveis para compreender preocupações/necessidades em termos de acesso à informação sobre o Projecto e para que não sejam discriminados ou excluídos dos benefícios do Projecto e que tenham a possibilidade de utilizar o MRR para apresentação de eventual queixa.

Deverá haver previamente acções de sensibilização destes grupos sobre o processo de envolvimento do projecto e sobre o Mecanismo de Queixas e Reclamações. Estas acções deverão ser preferencialmente efectuadas através de reuniões com grupos focais ou através de contactos personalizados dos Técnicos Sociais tendo em consideração as possíveis barreiras apresentadas na tabela seguinte

Tabela 4 – Possíveis barreiras e estratégias para envolvimento de indivíduos/grupos vulneráveis ou desfavorecidos

Indivíduo / Grupo vulnerável/desfavorecido	Factores de limitação de acesso a informação e/ou participação em acções de envolvimento	Estratégias
Famílias em pobreza extrema	Estigma pela sociedade Baixo acesso a meios de comunicação social (jornal, rádio, televisão ou internet)	Contacto porta a porta por Técnicos Sociais
População residente em áreas remotas e isoladas	Comunicação condicionada por estradas precárias e falta de acesso à energia e telecomunicações	Canais de comunicação comunitários (como lideranças locais e rádios comunitários) Utilização de mensagens SMS Contacto porta a porta por Técnicos Sociais
Pessoas com falta de domínio da língua utilizada na comunicação	Dificuldades de compreensão das mensagens, por falta de domínio da língua, por falantes de	Nas reuniões utilização de língua local (como angolar ou crioulo cabo-verdiano), sempre que necessário Preparação de material de divulgação em línguas locais
Indivíduos com deficiência ou doença crónica	Estigma da sociedade (em especial doentes de HIV/SIDA) Dificuldades de locomoção de doentes crónicos ou deficientes físicos limita participação em reuniões Deficientes visuais e auditivos terão barreiras no acesso a comunicação escrita ou oral Envolvimento de associações representativas destes grupos	Disponibilização de transporte de beneficiários com dificuldades de locomoção Contacto porta a porta por Técnicos Sociais
Agregados familiares	Acesso à informação divulgada e a acções de	Promoção da participação

chefiados por mulheres (principalmente quando viúvas ou mães solteiras com filhos menores de idade)	envolvimento pode ser condicionado por discriminação da mulher na sociedade e no seio familiar Dificuldades de compreensão das mensagens dado o menor nível de alfabetização e educação	da mulher, nomeadamente nas reuniões de divulgação do Projecto nas comunidades alvo e no Programa de Educação Parental Contacto porta a porta por Técnicos Sociais
--	--	---

4.6 Cronograma

Na Tabela seguinte apresenta-se o cronograma de implementação das acções de divulgação e envolvimento de partes interessadas.

Tabela 5 - Cronograma de implementação das acções de divulgação e envolvimento de partes interessadas.

Fase do Projecto	Tópico de consulta / mensagem	Cronograma
Preparação	Apresentação dos componentes do projecto e dos Instrumentos Ambientais e Sociais	Fevereiro 2022
Implementação	Oportunidades de benefício, critérios de elegibilidade, procedimentos de selecção e de supervisão da selecção, incluindo aos grupos vulneráveis	Antes do início da identificação de potenciais candidatos
	Informação sobre disponibilidade de acesso a MRR (incluindo para EAS/AS) e forma de funcionamento	Antes do início da identificação de potenciais candidatos
	Medidas de gestão ambiental e social consideradas nos Instrumentos Ambientais e Sociais, em especial o MRR	Continuamento ao longo da implementação do projecto, com periodicidade trimestral no Ano 1 e semestral nos restantes anos
	Recolha de contributos para melhoria da eficiência do projecto, com especial atenção para grupos vulneráveis	Continuamento ao longo da implementação do projecto, com periodicidade semestral no Ano 1 e anual nos restantes anos
	Apresentação de estatísticas do MRR e evidências que demonstrem que as preocupações e contributos foram devidamente consideradas pelo Projecto	Continuamento ao longo da implementação do projecto, com periodicidade semestral no Ano 1 e anual nos restantes anos

4.7 Análise e integração de comentários

Todas as acções de envolvimento devem ser devidamente documentadas em relatórios, que devem incluir lista de participantes, temas discutidos e comentários recebidos e reportagem fotográfica.

Os relatórios das reuniões com as partes interessadas e afectadas deverão ser encaminhadas para a equipa de coordenação do Projecto, de forma a que os contributos possam ser devidamente analisados e considerados na fase subsequente.

Periodicamente deverão ser apresentadas às partes interessadas e afectadas os resultados do MRR e evidências que demonstrem que as preocupações e contributos foram devidamente consideradas pelo Projecto.

5 Recursos e Responsabilidades para a implementação de actividades de envolvimento das partes interessadas

5.1 Recursos

A implementação do PEPI irá requerer a disponibilização de recursos humanos e recursos materiais.

Relativamente aos recursos humanos, o Especialista Ambiental e Social (EAS) irá coordenar a implementação no PEPI, contando com o apoio do Gestor Operacional do MRR (da DPSSF Central), dos pontos focais do MRR nas comunidades e dos Técnicos Sociais. Haverá necessidade de capacitação de todos os envolvidos na implementação do PEPI, nomeadamente no que toca ao MRR e às estratégias de envolvimento de grupos vulneráveis.

Quanto aos recursos materiais, haverá necessidade de preparação de material de divulgação (principalmente sobre o MRR para alegações EAS/AS). A equipa deverá dispor de orçamento para transporte e de equipamento de visual, nomeadamente projectores e flipcharts.

Na Tabela seguinte apresenta-se uma estimativa orçamental para a implementação do PEPI.

Tabela 6 – Estimativa orçamental para a implementação do PEPI

Refª	Item	Custos (USD)					TOTAL
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
1	Capacitação institucional para implementação do PEPI	5 000	3 000	3 000	3 000	3 000	17 000
2	Preparação de Material de comunicação para divulgação do MRR	5 000					5 000
3	Divulgação do MRR	5 000	6 000	6 000	6 000	6 000	29 000
4	Reuniões de envolvimento de partes interessadas e afectadas	5 000	6 000	6 000	6 000	6 000	29 000
Subtotal		20 000	15 000	15 000	15 000	15 000	80 000

5.2 Funções e responsabilidades de gestão

A responsabilidade geral pela implementação do PEPI cabe à equipa ambiental e social da AFAP.

Na tabela seguinte são apresentadas as responsabilidades dos intervenientes na implementação das actividades do PEPI.

Tabela 7 – Responsabilidades dos actores intervenientes no PEPI

Actores Intervenientes	Responsabilidade
Especialista Social do Projecto	Gestão da implementação do PEPI, incluindo o MRR Actualização continua da base de dados de partes interessadas Divulgação de informação às partes interessadas sobre os IAS Monitorização da implementação do PEPI a nível local Preparação de relatórios sobre a implementação do PEPI, incluindo o MRR Divulgação de informação sobre a implementação do PEPI, incluindo MRR
Gestor Operacional do MRR	Assistência ao EAS na gestão do MRR Assistência nas acções de divulgação do MRR
Especialista de Comunicação	Apoio de material de comunicação para divulgação do MRR e qualquer outra informação relevante para o PEPI
Técnicos Sociais	Assistência na identificação de indivíduos e grupos vulneráveis Divulgação de informação e envolvimento ao nível da comunidade, porta-a-porta, principalmente de indivíduos / famílias vulneráveis / desfavorecidos

6 Mecanismo de Reclamação e Reparação (MRR)

6.1 Mecanismo de Reparação de Reclamações existente

O principal objectivo de um Mecanismo de Reclamações é de apoiar a resolver queixas e reclamações de uma forma atempada, eficaz e eficiente que satisfaça todas as partes envolvidas. Especificamente, proporciona um processo transparente e credível para resultados justos, eficazes e duradouros. Também cria confiança e cooperação como componente integrante de uma consulta comunitária mais ampla que facilita acções correctivas. Especificamente, o MRR deve:

- Proporcionar às pessoas afectadas vias para apresentar uma queixa ou resolver qualquer disputa que possa surgir durante a execução dos projectos;

- Assegurar que sejam identificadas e implementadas acções de reparação adequadas e mutuamente aceitáveis, a contento dos queixosos; e evita a necessidade de recorrer a processos judiciais.

No âmbito do Projeto de Protecção Social e Desenvolvimento de Competências foi desenvolvido o Mecanismo de Reclamação e Resposta (MRR) para o Programa Famílias Vulneráveis, que está já em implementação, desde final de 2020 e em processo de consolidação, sendo a sua gestão da responsabilidade do sector de Salvaguardas da AFAP.

Em Novembro de 2020 foi preparada uma Estratégia do MRR que foi posteriormente mais detalhada e incluída na versão do Manual de Operacional do PFV, actualizada em Março de 2021.

O MRR tem como canais de entrada de reclamações:

- linha verde telefónica **800 10 20**,
- endereço eletrónico (MRQ_projeto_Social@afap.st) (ambos dedicados para recepção de reclamações)
- formulários específicos a serem depositados em caixas de reclamação distribuídas em todos os distritos (no mínimo de uma por distrito)
- Encontros comunitários, reuniões técnicas, reuniões de gestão

Foi estabelecida uma rede de pontos focais nos distritos e nas comunidades, composta por 17 pontos focais (15 em São Tomé e 2 na RAP). A equipa da DPSSF de nível central e distrital e recebeu acções de formação específicas sobre o MRR e foram desenvolvidas diversas acções de treinamento para os pontos focais e as comunidades sobre o funcionamento do MRR, para além de acções de divulgação nas comunidades. Foi desenvolvida uma ferramenta informática para registo e tratamento das reclamações – Kobotoolbox, onde é feito todo o processo de acompanhamento das reclamações durante as diferentes fases (registo, confirmação, investigação, proposta de soluções, etc). A divulgação do MRR foi realizada essencialmente através dos técnicos sociais alocados ao PFV nos distritos, bem como através de material de comunicação (Cartazes) disponibilizado nas reuniões e nas comunidades e através dos órgãos de comunicação social.

A gestão operacional do MRR está a cargo de uma técnica da DPSSF, designada especificamente para esta função, sob a supervisão do especialista social da AFAP. Conta com equipa responsável pela recolha semanal das reclamações, em cada uma das caixas, uma equipa de inserção digital das reclamações e uma equipa para contacto de confirmação da reclamação.

Todas as reclamações recebidas nos canais de entrada são encaminhadas para a gestora operacional do MRR, que as remete para a equipa de inserção (para registo no Kobotoolbox) e para a equipa que faz a confirmação da rescção.

As reclamações são classificadas em ambiental, social ou relacionadas com o desempenho do projecto, não estando ainda formalmente estabelecidas subcategorias, mas já há algum agrupamento por tipologia. Não existem ainda fluxos de encaminhamento das reclamações para resolução, cabendo à coordenadora definir caso a caso.

Existem três níveis de resolução: Nível 1 – Local, Nível 2 – Central e Nível 3 – Mediação Independente. Actualmente, apenas são resolvidas no Nível 1 reclamações relacionadas com as condicionalidades, sendo todas as outras encaminhadas directamente para resolução no

Nível 2. Não há registo de envolvimento do Nível 3. É ainda prevista a possibilidade de recurso judicial e de recurso ao Painel Independente do Banco Mundial.

Apesar de não ter sido estabelecido no Manual Operacional, no sentido de reforçar o MRR foi constituído um Comité do MRR, composto por: Directora da DPSSF, Gestora do MRR, Assistente Técnico do Programa, Oficial de Operações e Especialista de Salvaguarda Social. Este comité informal, tem-se reunido de forma esporádica, sem mandato nem funções específicas, o que tem dificultado a sua efectivação.

No Manual de Operacionalé definido um prazo de 5 dias para confirmação ao reclamante da recepção da reclamação, havendo na DPSSF uma equipa com esta responsabilidade. É também definido o prazo de 20 dias úteis para a resolução da queixa, salvo casos muito complexos. Na realidade a maior parte das reclamações recebidas têm tido períodos mais longos de resolução, conforme descrito de seguida.

É de notar que o Manual Operacional prevê a possibilidade de aceitação de reclamações anónimas. Nestes casos, os PFs realizarão a investigação com os atores demandados e com peritos independentes se necessário, e, se possível, se procurará uma solução a nível comunitário ou técnico de salvaguardas dos projetos, que será incorporada no programa, difundida pelos canais de maior difusão na área ou implementada da maneira mais efetiva e que proteja a identidade do reclamante.



MRR
Mecanismo de Resolução de Reclamações

O MRR é um mecanismo criado para dar resposta as questões, sugestões, queixas, reclamações, opiniões, informações de ocorrências relevantes, evitar conflitos, resolver problemas de implementação e reclamações de indivíduos e/ou grupos afetados pelo Programa Família, implementado pela Direcção da Protecção Social Solidariedade e Família.

Qual é o seu objectivo?

O MRR tem por objetivo facilitar as pessoas, as comunidades e beneficiários/as a terem acesso a um mecanismo transparente, fiável, sério e responsável que lhes ajude a encontrar soluções condizentes com as suas queixas/reclamações.

Quais são os canais/meios de reclamação?

Formulário (preencher o formulário e depositar na urna)
Enviar e-mail para: mrr_pfv@afap.st
Telefone linha verde número **800 10 20** (gratis)
Entrevistas
Encontros comunitários

Para obter solução ou resposta rápida e eficiente sobre o Programa Família
Use os canais/meios de reclamação do MRR!!!!

Instituto Técnico, Suplementar e de Formação Profissional
Direcção da Protecção Social, Solidariedade e Família



Até Dezembro de 2021, o projeto recebeu 164 reclamações, estando relacionadas na sua grande maioria com dificuldades de os beneficiários acederem ao subsídio, e em menor número, situações de pessoas que se consideravam elegíveis para o programa, casos de alcoolismo e violência doméstica envolvendo beneficiários, entre outros.

Em geral as reclamações são apresentadas através de formulários depositados nas caixas de reclamações, verificando-se muito fraca utilização da linha verde e mesmo ausência de utilização do endereço electrónico. Tal é compreensível no contexto de famílias vulneráveis que estão habituadas a um contacto directo, personalizado. Cerca de 70% das reclamações foram colocadas por mulheres, o que está em linha com a maior proporção de mulheres, entre os beneficiários. A grande maior parte das reclamações provêm de Mé-Zochi (51%) e Água Grande (29%), ambos com maior percentagem de população urbana, que pode estar mais aberta a utilizar mecanismos institucionais. Nos distritos mais rurais haverá mais tendência de as comunidades apresentarem reclamações directamente aos técnicos sociais, que muitas vezes as encaminham directamente para o oficial de operações. A continuidade da divulgação do mecanismo contribuirá para aumentar a utilização do MRR, possivelmente também dos outros canais de comunicação. Na reunião de consulta realizada em Fevereiro 2022, foi sugerido que o formulário discrimine algumas categorias de reclamações, a serem seleccionadas, como forma de facilitar o preenchimento por pessoas de baixo nível de literacia.

As estatísticas do MRR têm sido reportadas nos relatórios trimestrais de actividades, mas não têm sido divulgadas publicamente.

Está a haver dificuldade na resolução de algumas reclamações referentes a falta de acesso a transferências, quando estas dependem de resposta/resolução pelos prestadores de serviços relacionados com esta actividade. Estes nem sempre as fornecem dentro do período de resposta definido no Manual Operacional, requerendo um esforço adicional na gestão do MRR, na perseguição da resolução, uma vez que a demora nas respostas pode pôr em risco a confiança no mecanismo e a continuidade da sua utilização pelas partes afectadas.

Em síntese,

- Existe um MRR operacional para uso pelos beneficiários, que está a receber essencialmente reclamações relacionadas com as actividades transferência de subsídios. Está a haver dificuldades na resolução de reclamações, o que está a afectar a eficiência do mecanismo e a pôr em causa a sua credibilidade / nível confiança
- Há necessidade de melhorar a operacionalização e divulgação da linha verde
- As estatísticas do MRR não estão a ser publicamente divulgadas
- O MRR não está operacional para uso de trabalhadores
- O MRR não está preparado para receber reclamações de Exploração e Abuso Sexual e de Assédio Sexual (EAS/AS)

6.2 Acções a desenvolver para melhoria da eficiência e abrangência do MRR

6.2.1 Melhoria da eficiência do MRR na resolução de reclamações relativas ao Desempenho do Projecto

Para melhoria da eficiência do MRR deverão ser consideradas as seguintes medidas:

1. Definição de fluxogramas de resolução por tipologia de reclamação, com identificação dos intervenientes na resolução, responsabilidades e prazos de resposta por tarefa
2. Definição de Funções e Responsabilidades no MRR

3. Formalização do Comitês de MRR (Central e Distrital), definindo membros, responsabilidades e atribuições e periodicidade de reunião
4. Integração de módulo MRR no Sistema de Gestão de Informação (SIIPS)
5. Definição de formas de divulgação pública, periódica, de informação estatística sobre o MRR
6. Continuação de campanhas de sensibilização sobre o MRR

Fluxogramas de Resolução

A experiência de implementação do MRR, durante um ano, permite identificar algumas tipologias de reclamações, a serem objecto de fluxogramas de resolução. Nestes fluxogramas serão identificados todos os passos a realizar para a resolução, identificando todos os intervenientes e prazos a cumprirem. A preparação dos fluxogramas deverá ser realizada conjuntamente com os actores envolvidos na resolução, a fim de seres estabelecidos prazos realistas, mas que tenham em consideração o prazo de resolução definido no Manual Operacional do Programa, para o MRR. Os fluxogramas serão integrados no Manual Operacional.

Os Termos de Referência de prestadores de serviços que tenham envolvimento na resolução de reclamações deverão prever actividades de assistência expedita na resolução de reclamações, respeitando os prazos definidos no Manual Operacional e seguindo as prioridades que venham a ser definidas pelo Oficial de Operação.

O Manual Operacional deverá integrar as categorias Ambiental, Social e Desempenho do Projecto (para além de laboral e EAS/AS, analisado nas seções seguintes), incluindo também subcategorias tendo em consideração a experiência do primeiro ano e os potenciais riscos e impactos identificados no QGAS.

Assim, propõem-se as seguintes subcategorias relativas ao Desempenho do Projecto

Tabela 8 – Categorias e subcategorias de reclamações

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	DESCRIÇÃO
Desempenho do Projecto	Elegibilidade	Quando o reclamante considera que é elegível, mas que não foi aceite, ou quando é apresentada reclamação (incluindo anónima) relativa a beneficiário que não deveria ser elegível)
	Falta de Acesso à Transferência	Inclui casos relacionados com o funcionamento do cartão (extravio de PIN/cartão, cartão bloqueado, etc), ausência de transferência para a conta do beneficiário, levantamento por terceiros, entre outros
	Incumprimento de Condicionalidade	Quando há reclamação identificando que o beneficiário não está a cumprir com a condicionalidade (falta de matrícula/assiduidade escolar, falta de

		assistência às crianças, por utilização do subsídio para outros fins, incluindo alcoolismo)
--	--	---

Definição de Funções e Responsabilidades no MRR

Na tabela seguinte são definidas as funções e responsabilidades dos actores envolvidos no MRR.

Tabela 9 - Funções e responsabilidades dos actores envolvidos no MRR

Coordenador Ambiental e Social (AFAP)	Supervisão da gestão do MRR
Especialista Ambiental e Social (AFAP)	Responsável pela gestão do MRR, membro do Comité do MRR. Monitorização da implementação do MRR a nível local. Responsável pela resolução de questões relacionadas com reclamações ambientais. Preside o Comité do MRR.
Gestor(a) Operacional do MRR (DPFSS)	Assistência ao EAS na gestão do MRR, incluindo gestão do estabelecimento e manutenção de canais de entrada, do registo das reclamações, das comunicações com beneficiário (confirmação da recepção, informação sobre estado da resolução e informação sobre resolução). Secretário do Comité do MRR.
Director(a) da DPSSF	Responsável pelo funcionamento eficiente e transparente do MRR, em especial da resolução das reclamações nos prazos definidos. Membro do Comité do MRR.
Assistente Técnico do Projecto (AFAP)	Monitorização do funcionamento do MRR, em especial da resolução das reclamações nos prazos definidos. Membro do Comité do MRR
Oficial Operacional (DPFSS)	Responsável pela resolução de questões relacionadas com elegibilidade, falta de acesso à transferência e incumprimento de condicionalidade. Membro do Comité do MRR.
Coordenador Distrital (DPFSS)	Responsável por assistência na resolução de questões relacionadas com incumprimento de condicionalidades
Técnico Social	Responsável pela assistência na resolução de questões relacionadas com incumprimento de condicionalidades
Ponto Focal MRR Local (membro da comunidade)	Responsável pela comunicação pessoal com o reclamante, por orientação do Coordenador Distrital ou Gestor do MRR
Prestador de Serviço do SIIS	Responsável por assistir o Oficial Operacional, na resolução de reclamações
Prestador de Serviço de Pagamento	Responsável por assistir o Oficial Operacional, na resolução de reclamações
Comités do MRR	Responsável pela definição da elegibilidade das reclamações, definição de encaminhamento e monitorização

Recomenda-se que, no terreno haja um reforço da articulação entre os técnicos locais e os pontos focais comunitários do MRR.

Formalização do Comité do MRR

O Comité do MRR terá as seguintes atribuições:

- Definir se a reclamação é válida (ou seja, se está relacionada com o Projecto), em casos em que haja dúvidas por parte do gestor(a) do MRR;
- Definir forma de resolução de reclamações urgentes;
- Definir qual a forma de resolução de novos tipos de reclamações ou reclamações em que há dúvidas por parte da gestão do MRR;
- Definir forma de actuação em situações em que uma tipologia de reclamação não está a ter resposta atempada;
- Aprovar novos fluxogramas preparados pelo gestor do MRR;
- Acompanhar a implementação do MRR;
- Outras questões relacionadas com o MRR.

O Comité do MRR reunirá mensalmente de forma ordinária, podendo ser convocado para reuniões extraordinárias sempre que necessário. Cabe à Presidência do Comité a convocação das reuniões do Comité do MRR. O Secretariado ficará responsável pelos aspectos administrativos relacionados com a reunião, nomeadamente a distribuição de convites, distribuição de informação de suporte e preparação da acta da reunião. Poderão ser convocados para as reuniões outros especialistas da AFAP, da DPSSF ou de prestadores de serviços, envolvidos no MRR.

As reuniões poderão ser realizadas com o mínimo de três membros. As decisões do Comité serão aprovadas por maioria dos membros.

Definição de formas de divulgação pública das estatísticas do MRR

Por forma a aumentar a transparência do MRR há necessidade de divulgação pública das estatísticas do MRR. Isto deve ser realizado nas reuniões periódicas de acompanhamento dos beneficiários, bem como através de uma página de internet do Programa (a ser preferencialmente integrada numa página de internet institucional da DPSSF ou do MTSFFP e da AFAP).

A página de internet do Programa será permanentemente actualizada através do módulo do MRR do Sistema de Gestão de Informação (SIIPS).

Campanhas de divulgação sobre o MRR

Deverá ser dada continuidade às campanhas realizadas durante a implementação do PPSDC através dos diversos meios identificados na secção 4, sempre com a preocupação de abranger grupos e indivíduos vulneráveis. Deverá ser mais divulgada a linha verde, logo que esteja devidamente operacionalizada.

6.2.2 Extensão do MRR para os trabalhadores envolvidos no Projecto

Em consonância com as recomendações da NAS2 relativa a Mão de Obra e Condições de Trabalho e tal como previsto no Procedimento de Gestão de Mão de Obra, integrado no QGAS do Projecto (Anexo IV). O Projecto deverá ter um MRR que possa ser utilizado pelos trabalhadores do Projecto.

Todo o trabalhador deverá ser informado do Mecanismo de Reclamação e Reparação (MRR) no momento do seu recrutamento e das medidas postas em prática para protegê-los contra possíveis represálias pelo seu uso.

As preocupações no local de trabalho referem-se geralmente a remuneração, subsídios de alimentação, atrasos de pagamento, trabalho extraordinário, desacordo sobre as condições de trabalho, questões de saúde e segurança no ambiente de trabalho e questões mais sensíveis como casos de VBG/EAS/AS que devem ter um encaminhamento diferencial, de modo a proteger as vítimas (ver secção seguinte).

A porta de entrada para a apresentação de reclamações poderão ser a linha verde e o endereço electrónico já operacional no MRR e caixas de reclamações colocadas nos escritórios da DPSSF (central e distrital). As reclamações serão analisadas pelo gestor operacional do MRR, que as enviará para registo. A reclamação será enviada directamente para o sector de recursos humanos (Nível 1 de resolução) ou para o Comité do MRR para resolução no âmbito do MRR geral (Nível 2). Não estando satisfeito o reclamante poderá reclamar ainda para o ministro do MTSFFP ou por fim para o sistema judicial.

6.2.3 Integração de reclamações relacionadas com EAS/AS

Conforme previsto no Plano de Acção sobre VBG/EAS/AS incluído no QGAS do Projecto, o MRR deverá estar preparado para receber alegações de VBG/EAS/AS relacionadas com o Projecto, seguindo directrizes específicas do Banco Mundial, constantes da Nota Técnica Intercalar sobre Mecanismos de Reclamações para Exploração e Abuso Sexual e Assédio Sexual em Projectos Financiados pelo Banco Mundial²

As directrizes do Banco definem que a resposta a alegações de EAS/AS deverá seguir três princípios orientadores apresentados de seguida

Confidencialidade

Devido ao risco de estigma, represálias e rejeição associadas à exploração e abuso sexuais e ao assédio sexual, os mecanismos de queixa precisam criar canais de entrada, registar e tratar tais casos de forma segura e confidencial (Banco Mundial 2020). Os mecanismos de denúncia devem permitir que os reclamantes denunciem casos EAS/AS sem serem identificados publicamente, por exemplo, através de pontos de captação discretos, como uma linha direta ou um endereço de e-mail dedicado, que proporcionam mais privacidade do que escritórios ou caixas de denúncias. Se estiverem previstos canais de captação presencial como parte do MRR do projeto, ambientes privados.

²Grievance Mechanisms for Sexual Exploitation and Abuse & Sexual Harassment in World Bank-financed Projects. World Bank. April 2020.

Centralidade no Sobrevivente

Este princípio orientador significa que o foco do processo deve ser "o melhor interesse a curto e longo prazo do sobrevivente" e que "o sobrevivente deve estar no centro" do mecanismo de relato e referência (UNFPA 2017). O processo exige a criação de um ambiente de apoio, dignidade e proteção para os sobreviventes, e o pleno respeito aos seus direitos, desejos e escolhas. A abordagem centrada nos sobreviventes cria um ambiente propício para a revelação segura de queixas e "ajuda a promover a recuperação do sobrevivente e fortalecer a sua capacidade de identificar e expressar necessidades e desejos; também reforça a capacidade da pessoa para tomar decisões sobre possíveis intervenções" (IASC 2015). Todos os aspectos do mecanismo de reclamação devem ser fundamentados no consentimento do sobrevivente.

Segurança do Sobrevivente

Como alguns sobreviventes podem estar em risco de sofrer mais danos, é essencial tomar medidas para ajudar a garantir a segurança física e psicossocial deles e de suas famílias. Isto deve implicar uma avaliação cuidadosa dos riscos potenciais ao longo de todas as fases da prestação de apoio, e possivelmente a criação de um plano de segurança com o consentimento do sobrevivente.

Fonte: *Grievance Mechanisms for Sexual Exploitation and Abuse & Sexual Harassment in World Bank-financed Projects*. World Bank. April 2020.

O MRR de EAS/AS irá integrar canais de entrada e procedimentos operacionais específicos respeitando estas directrizes, a serem desenvolvidos no âmbito das actividades da Componente 1, após o que serão integrados no Manual Operacional do Projecto.

Os canais específicos terão de ser da confiança das vítimas/sobreviventes e deverão garantir confidencialidade e segurança da vítima/sobrevivente.

Os procedimentos serão desenvolvidos seguindo os princípios orientadores de confidencialidade, centralidade e segurança do sobrevivente. Serão identificados todos os intervenientes no mecanismo e respectivas responsabilidades e funções e ainda, o fluxograma de encaminhamento das alegações, incluindo o encaminhamento para serviços de apoio psicossocial, saúde e jurídico, bem como encaminhamento para procedimentos administrativos internos.

O registo e qualquer encaminhamento de alegações está dependente do consentimento prévio da vítima/sobrevivente, após lhe terem sido providenciadas informações claras sobre os seus direitos, opções de encaminhamento existentes e sobre benefícios e riscos de cada opção de encaminhamento, informando claramente sobre quaisquer limitações de serviços. O consentimento do sobrevivente deverá ser devidamente documentado.

De forma a manter a confidencialidade, as alegações de VBG/EAS/AS devem ser registadas em base de dados destinada unicamente ao registo deste tipo de alegações, de acesso limitado. Toda a informação deve ser guardada de forma a não estar acessível a outras pessoas e não deve ser partilhada com outras pessoas.

Todos os operadores do MRR de SEA/SH devem ser treinados em:

- como interagir com as vítimas/sobreviventes de uma forma empática e sem juízos de valor;
- importância e formas de garantia de confidencialidade e segurança;
- quais os procedimentos a seguir;
- que vias de encaminhamento existem;

- como os dados devem ser recolhidos; e
- quando e como um caso pode ser considerado encerrado.

Todos os envolvidos na gestão de um caso devem previamente receber a identificação clara das suas tarefas e compreender os seus papéis, para resposta a uma alegação. Deve ser previsto treinamento e assistência contínua, com apoio da equipa social do Banco Mundial.

Tendo em consideração o nível de vulnerabilidade dos beneficiários e a sua dependência do subsídio do PFV, poderá haver retracção na apresentação de alegações de EAS perpetrado por trabalhadores da protecção social, por receio de retaliações que levem a suspensão do subsídio devido à apresentação de reclamação. Nas sessões de divulgação do MRR para EAS, será muito importante deixar claro que a gestão do MRR é da responsabilidade da AFAP e que será assegurada a confidencialidade.

É de referir que está em curso uma discussão sobre a possibilidade de a gestão de reclamações em projectos financiados pelo Banco Mundial passar a ser centralizada, numa abordagem programática e sistemática. Esta solução seria particularmente vantajosa no caso do projecto de protecção social, dado o nível de vulnerabilidade das partes afetadas.

Entretanto o Projecto irá apostar na melhoria e expansão do MRR existente.

7 Monitorização e relatórios

A monitorização e acompanhamento do PEPI será da responsabilidade do Especialista Ambiental e Social (EAS) do Projecto, sob a supervisão do Coordenador Ambiental e Social da AFAP. O processo de implementação do PEPI será devidamente documentado, sistematizado e reportado, pelo EAS. O relatório da implementação do PEPI será integrado nos relatórios de actividades do Projecto, submetidos trimestralmente ao Banco Mundial, bem como nos relatórios semestrais e anuais de progresso do Projecto.

Nas visitas aos locais de implementação do Projecto, o especialista ambiental e social deverá monitorizar o grau de satisfação das partes interessadas relativamente à implementação do PEPI, através de entrevistas ou inquéritos a representantes de partes interessadas.

Os relatórios sobre a implementação do PEPI devem incluir, no mínimo, uma descrição e análise dos seguintes elementos:

- a) Actividades de divulgação realizadas (informação ao nível do distrito)
- b) Actividades de participação realizadas (informação ao nível do distrito)
- c) Medidas e acções tomadas, para assegurar a plena participação e acesso aos benefícios por parte dos grupos vulneráveis
- d) Canais e formatos de comunicação e divulgação utilizados para as diferentes categorias de intervenientes; ajustamentos que foram feitos, se aplicável.
- e) Comentários feitos pelas partes interessadas que foram integrados ao projecto.
- f) Se as partes interessadas foram identificadas e convocadas para processos de diálogo participativo ou livres e anteriores consultas, conforme estabelecido no PEPI.

Anualmente será realizada uma auditoria, no âmbito da auditoria do desempenho ambiental e social.

7.1 Apresentação de relatórios aos grupos de interessados

O PEPI será semestralmente revisto e se necessário actualizado (mantendo actualizadas as listas de partes interessadas relevantes para os subprojectos), conforme necessário no decurso da implementação do projecto, a fim de assegurar que a informação aqui apresentada é consistente e é a mais recente, e que os métodos de envolvimento identificados permanecem apropriados e eficazes em relação ao contexto do projecto e às fases específicas do desenvolvimento. Quaisquer alterações importantes às actividades relacionadas com o projecto e ao seu calendário serão devidamente reflectidas no PEPI.

A informação sobre actividades de envolvimento público empreendidas pelo Projecto durante o ano deve ser transmitida às partes interessadas através da publicação de um relatório anual autónomo sobre a interacção do projecto com as partes interessadas, a ser divulgado em reuniões com as partes interessadas e afectadas.

ANEXO 1 - CONVITE PARA REUNIÃO DE CONSULTA

Caro(a) Senhor(a)

.....

São Tomé

REF. Nº _____

S Tomé, 02 de Fevereiro de 2022.

Assunto: Convite para participação na Consulta Pública no âmbito de preparação do Projeto de Proteção Social, Resposta e Recuperação do COVID 19.

Excelência,

O Governo com o apoio do Banco Mundial está a preparar o Projeto de Proteção Social e Resposta e Recuperação do COVID 19. O Projeto tem como objetivo continuar a apoiar o Governo de São Tomé e Príncipe na expansão da cobertura do sistema de proteção social, para permitir uma transição suave da resposta de emergência da COVID19, na fase de recuperação, reforçando a transição entre os programas de proteção social.

A implementação deste programa provavelmente resultará em impactos ambientais e sociais, daí, a necessidade de preparação de alguns instrumentos salvaguardas ambientais e sociais. A preparação desses instrumentos de salvaguardas requer que as partes interessadas e afetadas sejam devidamente consultadas, com vista a garantir que as suas opiniões e preocupações sejam integradas e abordadas pelo Projeto.

Desta forma a AFAP através do seu Sector de Salvaguardas Ambientais e Sociais tem ao seu cargo a preparação dos instrumentos Ambientais e Sociais relevantes para este projeto. Até ao momento, foram elaborados 3 instrumentos; PCAS – Plano de Compromisso Ambiental e Social, QGAS – Quadro de Gestão Ambiental e Social e PEPI – Plano de Engajamento das Partes Interessadas.

A Consulta Pública proposta, terá como o objetivo a apresentação destes instrumentos e respetivas análises e discussões.

Neste quadro, vimos desta forma convidar Vossa Excelência á participar nesta importante Consulta Pública via ZOOM ou presencial, agendada para próxima terça-feira, dia 8 de Fevereiro, a partir das 10 horas. Teremos todo o prazer de receber a vossa contribuição sobre as ações deste importante projeto para São Tomé e Príncipe.

Para a realização da consulta pública no âmbito da apresentação do Projeto de Proteção social e Resposta e Recuperação do COVID 19, envio o detalhe de conexão via Zoom.

(Link ZOOM.....)

Com os nossos melhores cumprimentos.

O Diretor Geral

Alberto Leal

PROJETO DE PROTEÇÃO SOCIAL, RESPOSTA E RECUPERAÇÃO DO COVID 19

Programa da Consulta Pública para Apresentação dos Instrumentos A&S, produzidos na fase de preparação para implementação do Projeto

Data: 08 de Fevereiro de 2022

Local: Presencial (edifício do AFAP)/ On-Line via ZOOM

Hora: Início: 10h00 - termino: 13h30

Hora	Designação	Responsável
10:00-10:15	<ul style="list-style-type: none">• Chegada dos participantes presenciais• Ligação/Ativação ao ZOOM dos participantes on line	Participantes
10:15 – 10:20	<ul style="list-style-type: none">• Abertura da Sessão e Boas Vindas aos participantes	Representante do MTSFFP ou Diretor Geral da AFAP
10:20 – 10:25	<ul style="list-style-type: none">• Fotografia dos participantes com Câmara vídeo do computador ligada	Participantes
10:20 – 10:45	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Projeto de Proteção Social, Resposta e Recuperação do COVID 19: Informações sobre as componentes e objetivos do projeto• O quadro Institucional/arranjos/intervenientes• Descrição da ligação ou relação entre este projeto e o PPSDC• Outra informação pertinente e relevante sobre o projeto	Conselheiro Técnico do Projeto ou Diretora de Proteção Social
10:45 – 11:15	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação e Informação sobre os aspetos de Salvaguardas Ambientais e Sociais:• A implementação, gestão, âmbito dos instrumentos Ambientais e Sociais no projeto• Identificação dos Instrumentos Ambientais e Sociais relevantes para o projeto• Interface entre as várias Partes Interessadas ao projeto• Outra informação pertinente e relevante sobre os aspetos Ambientais e Sociais do projeto	Engº Adilson C. Silva – Responsável Especialista das Salvaguardas Ambientais e Sociais de AFAP
11:15 – 11:30	<ul style="list-style-type: none">• Registo dos comentários, perguntas, opiniões dos participantes	Participantes
11:30 – 11:40	<ul style="list-style-type: none">• Resposta, esclarecimentos de dúvidas, informações	Conselheiro Técnico Eng. Adilson Silva

11:40 – 12:10	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos instrumentos de salvaguardas ambientais e sociais (parte 1) 	Madalena (Consultora) Dray
12:10 – 12:20	<ul style="list-style-type: none"> • Registo de comentários, perguntas • Esclarecimentos e respostas 	Participantes/consultora Salvaguardas
12:20 – 12:40	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos instrumentos de salvaguardas ambientais e sociais (parte 2) 	Madalena (Consultora) Dray
12:40 – 13:00	<ul style="list-style-type: none"> • Registo de comentários, perguntas • Esclarecimentos e respostas 	Participantes/Consultora/Salvaguardas
13:00	<ul style="list-style-type: none"> • Pequeno Lanche para os Participantes presenciais • Conclusão dos trabalhos 	Participantes

São Tomé, 02 de Fevereiro de 2022.

ANEXO 2 - PARTES INTERESSADAS CONVIDADAS E PARTICIPANTES NA REUNIÃO DE CONSULTA

Consulta Pública – Projeto de Proteção Social

Lista dos Convidados

Sala de Reunião R-210

Líder Comunitário / Ponto Focal do MRR do PFV							
Nº	Designação	Função	Participação Presencial/Online		Contato	Assinatura	Subsídio de transporte (STN 300,00)
1	Argentina das Neves Gomes das Neves	Líder Comunitário de S. João da Vargem	X	X	<i>9 90613</i> <i>u 211</i>	<i>Argentina das Neves</i> <i>Argentina das Neves</i>	<i>Argentina</i> <i>Dij</i>
2	Bráz da Cruz dos Ramos	Ponto Focal de Ribeira Afonso					
3	Eugenio Silvestre da conceição	Ponto Focal de Cruzeiro					
4	Leandro Lopes Borges	Líder Comunitário de Porto Alegre					
5	Ilidio Pascoal dos Anjos	Líder Comunitário de Angolares					

2. pes. soc. assistencia: SJC de Or

6	Vidente Francisco Cordeiro Araújo	Líder Comunitário de Santa Catarina					
7	Maria de Lurdes Martins do Sacramento	Ponto Focal de Santana					
8	Feliciana Pires Afonso	Líder Comunitário de Guadalupe					
9	Miguel Da Trindade Das Neves	Líder Comunitário de Pantufo	✓		9020805	LVS	THL
10	Wilson Tavares Vaz D'Almeida	Líder Comunitário de Bombom / Almas	X		9391093 9096469	JH	JH
11	Rui Wander de Carvalho Neves	Líder Comunitário de Boa Entrada					
12	Simplicio de Guadalupe Quaresma	Líder Comunitário de Mé-Zóchi					
13	Edna Vanusa Dias Fernandes	Líder Comunitário de Neves					
14	Lucrecio Bom Jesus	Ponto Focal de Oque Del Rei	X		9963480	Suicicio B. Jesus	JH

15	Francisco de Sousa Bonfim	Ponto Focal de Praia Gamboa	α		9962078	<i>Bonfim</i>	<i>B-S</i>
ONGs + Associações							
16	PDI de Lembá	Representante					
17	Cruz Vermelha Nacional	Representante					
18	Helpo	Representante					
19	Arcar	Representante	XX		992 8042 990 9993	<i>Arcares</i>	<i>Arcares</i>
20	Santa Casa da Misericórdia	Representante	α		9845/38	<i>Santa Casa</i>	<i>Santa Casa</i>
21	Leigos para Desenvolvimento	Representante					

22	FONG	Representante					
23	ACASTEP – Associação dos Cegos e Ambliopes	Representante	X	8905556	9905956 9883692	Capitã G. D. O'Neil Victoria Gabriel	Capitã G. D. O'Neil Victoria Gabriel
24	ADASTEP – Associação dos Deficientes Físicos	Representante					
25	ASSTP – Associação dos Surdos e Mudos	Representante					
26	Associação dos Psicólogos de STP	Representante					
27	Associação Sãotomense de Mulheres Juristas	Representante					
28	ONG SOS Mulher	Representante					
Parceiros do PPSDC / PFV							

2 pessoas
as nomeiam
nos mapas

29	Unicef	Representante					
30	OIT	Representante					
31	Silvernuts	Representante					
32	BISTP	Representante					
Instituições Públicas							
33	Instituto de Igualdade e Equidade de Género	Representante					
34	Direção de Trabalho e Formação Profissional	Representante	X		9958181		

35	Direção do Ensino Básico	Representante					
36	Direção do Ensino Secundário - DESTP	Representante					
37	Direção de Planeamento do Ministério da Educação	Representante					
38	Direção do Ensino Pré-escolar	Representante					
39	Instituto Nacional de Segurança Social	Representante					
40	Ministério da Justiça	Representante					
41	Centro de formação Profissional de Budo-Budo	Representante					
42	Direção Geral de Hotelaria e Turismo	Representante					

		AFAP	X	9989922	Auribolano	08/02/22
43	AFAP – Diretor Geral					
44	AFAP – Responsável de Salvaguardas					
45	AFAP – Administrativo Sênior	AFAP				
46	AFAP -	AFAP	X	9992399	Luís do Espírito Santo	08/02/22
47	AFAP – Oficial Sênior do PPSDC	PPSDC	X	997538	Jel	Recebi
48	Ministério da Saúde	Representante				
49	CACVD – Violência Doméstica	Representante				
		AFAP	X	9976367	Aguida Barros	08/02/22 Recebi
Comando Distritais de Polícia Nacional						

50	Comando Distritais de Policia Nacional AG	Representante						
51	Comando Distritais de Policia Nacional MZ	Representante	K	4887070	<i>[Handwritten Signature]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>		
52	Comando Distritais de Policia Nacional CNT	Representante						
53	Comando Distritais de Policia Nacional CAU	Representante						
54	Comando Distritais de Policia Nacional LOB	Representante						
55	Comando Distritais de Policia Nacional LEM	Representante						
Camaras Distritais								

56	Câmara Distrital de AG	Presidente / Representante					
57	Câmara Distrital de MZ	Presidente / Representante					
58	Câmara Distrital de CNT	Presidente / Representante					
59	Câmara Distrital de CAU	Presidente / Representante					
60	Câmara Distrital de LOB	Presidente / Representante					
61	Câmara Distrital de LEM	Presidente / Representante					
62	Câmara Distrital de AG – Vereador Social	Vereador / Representante					
63	Câmara Distrital de MZ – Vereador Social	Vereador / Representante	x		9908592	Zulata Luis	

64	Câmara Distrital de CNT – Vereador Social	Vereador / Representante					
65	Câmara Distrital de CAU – Vereador Social	Vereador / Representante					
66	Câmara Distrital de LOB – Vereador Social	Vereador / Representante					
67	Câmara Distrital de LEM – Vereador Social	Vereador / Representante					
Técnicos da DPSSF							
68	Jurtalene Sousa	Directora da DPSSF					
69	Vladimir Pereira	Coordenador da DPSSF de Lembá	X		9939389	Vladimir Ferreira Vag Pereira	Roseli Zappa Vagos 8/2/22
70	Cremilde Quaresma	Coordenador da DPSSF de Mé-Zóchi	X		7952560	Cremilde Quaresma	Cremilde

80	Abkner Joaquim	Coordenador das ONGs da DPSSF	X		9824430	Abkner Joaquim	Proceda/est/Projeto Abkner Joaquim
81	Hélder Vera Cruz	Chefe de Departamento Administrativo da DPSSF					
Região Autónoma do Príncipe – via zoom							
82	Presidente do Governo Regional	Presidente					
83	Directora do Ensino Pré Escolar	Gysilene Freire					
84	Directora do Ensino Básico	Lucecita Cassandra					
85	Director do Ensino Secundário	Regildo Manuel					
86	Direcção Geral da Educação	Raimel Umbelina					
87	Ministério Público	Dionísio Magalhães					

Liste de presença

"Consulta Publica- Projeto de Protecção Social 2022"

Data: 8 / 02 / 2022

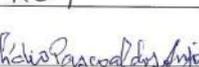
Local: Sala de Reunião do MTSFP

Nº	Nome:	Distrito	Assinatura
1	Blesio Barreirinha	Administração	 ✓
2	Cláudia Benguela	Agua Grande	
3	Ulano Loureiro	AGUA-GRANDE	
4	Aone Maria Amado Soares	Agua grande	
5	Euridice do P. A. Fernandes	Agua - Grande	
6	Atenásio D. Monte	LOBATA	 ✓
7	Helder Venz Cruz	Agua Grande	
8	Abkyer Joaquim	Administração	 ✓
9	Suzana R. B. Borges	cauã	
10	Vladimir Fonseca V. Pereira	Linha	
11	Elsa Louisa	Operação	
12	Martalena de Sousa	DPSSF	
13	Eldina Neto	Castigal	
14	Remilde Soares	Mezochi	
15	Henq. Inheiro	Comunidade	
16	Rafael Correia	Administração	
17			

Consulta Pública – Projeto de Proteção Social

Lista dos Convidados

Sala de Reuniões do ATAP Piso 3-1

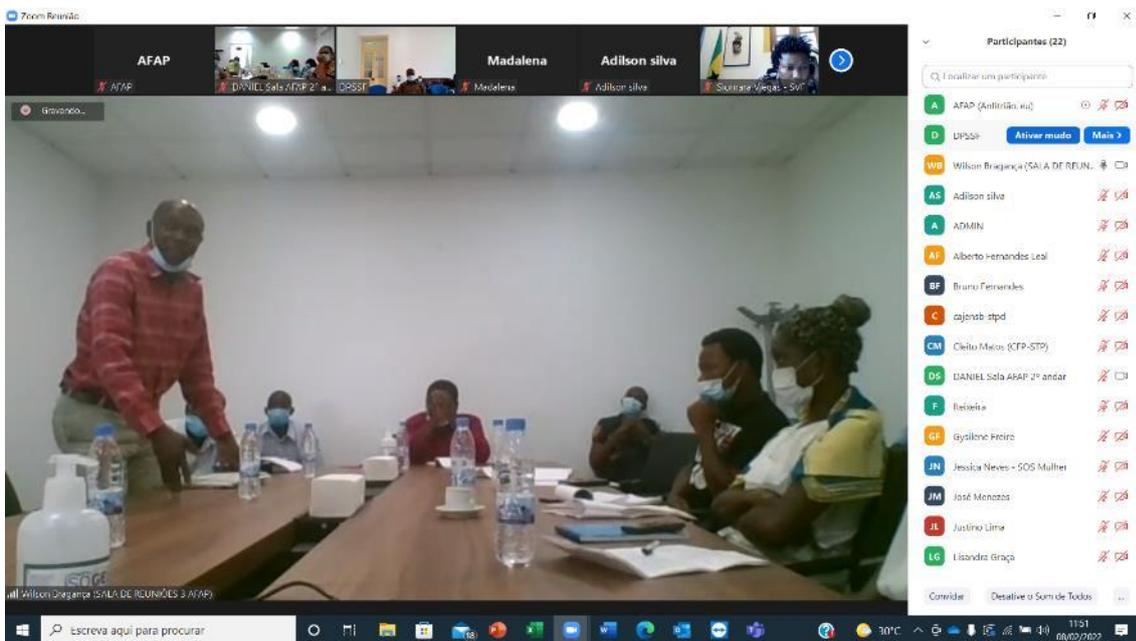
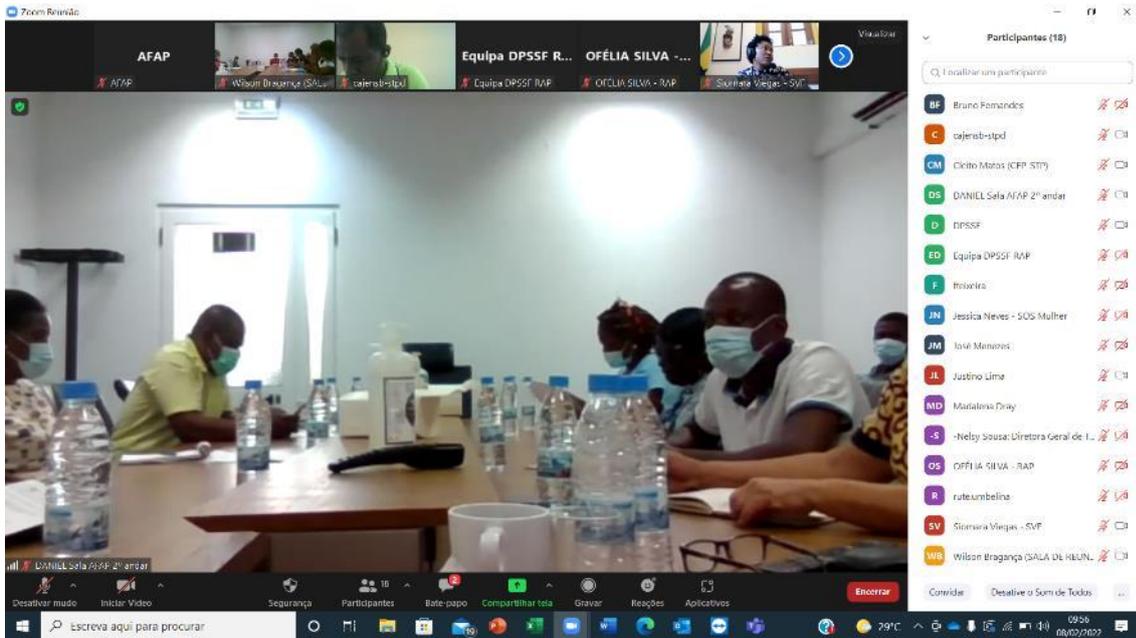
Líder Comunitário / Ponto Focal do MRR do PFV						
Nº	Designação	Função	Participação Presencial/Online	Contato	Assinatura	Subsídio de transporte (STN 300,00)
1	Argentina das Neves Gomes das Neves	Líder Comunitário de S. João da Vargem				
2	Bráz da Cruz dos Ramos	Ponto Focal de Ribeira Afonso	X	9975246		Bráz Ramos Receber 2:22
3	Eugenio Silvestre da conceição	Ponto Focal de Cruzeiro	X	9991399		Receber 2:02 Eugenio
4	Leandro Lopes Borges	Líder Comunitário de Porto Alegre	X	9926061 3769660		Receber 2:02 Leandro
5	Ilidio Pascoal dos Anjos	Líder Comunitário de Angolares	X	9806340		Receber 2:02 Ilidio

6	Vidente Francisco Cordeiro Araújo	Líder Comunitário de Santa Catarina	X		9976634	Vidente Araújo	Recibo Recibido
7	Maria de Lurdes Martins do Sacramento	Ponto Focal de Santana	X		90126575	Maria do Sacramento	Recibo Recibido
8	Feliciano Pires Afonso	Líder Comunitário de Guadalupe	X		9967228	Feliciano Pires Afonso	Recibo Recibido 2022
9	Miguel Da Trindade Das Neves	Líder Comunitário de Pantufe					
10	Wilson Tavares Vaz D'Almeida	Líder Comunitário de Bombom / Almas					
11	Rui Wander de Carvalho Neves	Líder Comunitário de Boa Entrada	X		9857244	Rui dos Neves	Recibo Recibido
12	Simplicio de Guadalupe Quaresma	Líder Comunitário de Mé-Zóchi	X		9948624	Simplicio Quaresma	Recibo Recibido
13	Edna Vanusa Dias Fernandes	Líder Comunitário de Neves	X		9872541	Edna Fernandes	Recibo Recibido
14	Lucrecio Bom Jesus	Ponto Focal de Oque Del Rei					

50	Comando Distritais de Policia Nacional AG	Representante	Presente		9915762	Faico Miguel	Recbi em 10.02.2022 Faico Miguel
51	Comando Distritais de Policia Nacional MZ	Representante					
52	Comando Distritais de Policia Nacional CNT	Representante					
53	Comando Distritais de Policia Nacional CAU	Representante	α		9875527	Oliver dos Anjos	Recbi Oliver dos Anjos
54	Comando Distritais de Policia Nacional LOB	Representante	α		9866922	Isac Pereira	Recbi Isac Pereira
55	Comando Distritais de Policia Nacional LEM	Representante					
Camaras Distritais							

LISTA DE PRESENÇA CONSULTA PÚBLICA - RAP
08/02/2022

Entidades	Assinatura
Equipa DPSSF - RAP	
Ofélia Moniz da Silva	Ofélia Silva
Arlésia dos Prazeres	Arlésia dos Prazeres
Romiche Santos	Romiche dos Santos
Fernanda Rocha	Fernanda Rocha
Maria Tomé Oliveira	
Anastácia Varela	Anastácia Varela
Directora do Ensino Pré-escolar Gysilene Freire	Gysilene
Directora do Ensino Básico Lucecita Cassandra	
Director do Ensino Secundário Regildo Manuel	
Direcção Geral da Educação Raimel Umbelina	
Ministério Público Dionísio Magalhães	
Polícia Regional Wilton Seabra António Mendes Venâncio Carvalho	
Saúde	
Wilson Soares	
José Menezes	José Menezes
Delegado Regional de Registo Hélder Ramos	
Delegada de Segurança Social Zellaydy Borges	
Polícia Judiciária Adilson Aurora	
Responsável da Comunicação Social Fredibel Umbelina	
Responsável do Gabinete de Género Mayena Loureiro	
Líderes Comunitários	
Kinilson Lima	
Tanuche Moreira	
António Rocha	
Edilson Freire	Edilson Freire
Silvério Lavres	



ANEXO 3 - ACTA DA REUNIÃO DE CONSULTA

PROTECÇÃO SOCIAL RESPOSTA E RECUPERAÇÃO AO COVID-19 (P178018)

ACTA DE REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA

Data: 08/02/2022

Online: Viaplataforma Zoom

<https://us06web.zoom.us/j/82916164222?pwd=K004eIRKeDNTWmtNMW5UdTIYQzF3QT09>

Objectivo da reunião:

- Apresentação do Projecto Protecção Social e Recuperação ao Covid-19
- Apresentação dos respectivos Instrumentos Ambientais e Sociais
- Discussão sobre expectativas, preocupações e contribuições apresentadas pelas partes interessadas

Apresentações

1. Apresentação dos objetivos da reunião – Adilson Silva
2. Apresentação do projecto, seu objectivo e abrangência a nível da região norte, apresentação das actividades do projecto e suas componentes – Daniel Vaz (AFAP) e Jurtalene Sousa (DPSSF)
 - a. O projeto atual e suas componentes setoriais
 - b. O setor de Protecção Social e os programas PFV, PRES, PEP e ACPE
 - c. O novo Projeto e a expansão da cobertura do PFV
3. Salvaguardas Ambientais e Sociais e Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial. Normas e Instrumentos Ambientais e Sociais – Adilson Silva (AFAP – Salvaguardas Ambientais e Sociais)
 - a. O conceito de Salvaguardas e os instrumentos a serem desenvolvidos
 - b. Rápida descrição dos instrumentos
4. Instrumentos Ambientais e Sociais preparados para o Projecto – Madalena Dray (Consultora Ambiental e Social)
 - a. Breve descrição do Projecto e Normas Ambientais e Sociais
 - b. Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI): identificação das partes interessadas e participantes, Mecanismo de diálogo e reclamação
 - c. Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS): objectivo, riscos contextuais, principais potenciais impactos e riscos ambientais e sociais, procedimentos, arranjo institucional e capacitação, orçamento

- i. Procedimento de Gestão de Mão de Obra
- ii. Plano de Acção sobre Violência Baseada no Género
- d. Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS)

Após as apresentações seguiu-se um período de discussão, apresentando-se na tabela abaixo as questões e contribuições expostas pelos participantes, bem como as respostas/comentários.

Síntese de questões discutidas

PI&A	Comentário/Questão	Resposta	Forma de encaminhamento nos IAS
SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS			
Balbina (ARCAR - Associação Para Reinserção de Crianças Abandonadas e em Situação de Risco)	Solicita a partilha das apresentações	<i>Daniel Vaz (AFAP)</i> - Fica acordado que as apresentações serão enviadas aos participantes por email. Caso alguém não tenha email poderá solicitar uma cópia em papel através dos números de telemóvel no convite	-
Wilson Almeida (Líder Comunitário e Ponto Focal de Bom-Bom e Almas)	Como é que as pessoas podem ser envolvidas na questão de salvaguardas deste Projecto?	<i>Adilson Silva (AFAP)</i> - Nesta reunião estamos a dar início à participação das partes interessadas. A Protecção Social já possui uma lista de partes interessadas que inclui contactos de ONGs e das comunidades, que vai sendo continuamente actualizada. A divulgação de informação é realizada através de rádio e outros meios de comunicação, mas também através dos técnicos sociais, de forma contínua. Os instrumentos ambientais e sociais deste projecto vão estar disponíveis na página internet da AFAP e nos escritórios da AFAP entre 8 a 10 dias, conforme previsto na lei.	Já contemplado no PEPI.

PI&A	Comentário/Questão	Resposta	Forma de encaminhamento nos IAS
PLANO DE ENVOLVIMENTO DE PARTES INTERESSADAS			
Eugénio Conceição (líder comunitário Trindade)	<p>“Constatamos que no terreno há pessoas que precisam de apoio, que não foram beneficiadas e pessoas que estão a ser beneficiadas e não precisam.”</p> <p>“Os técnicos que forem trabalhar para o terreno devem ser acompanhados pelos líderes locais, para trazerem informação real. Por vezes vão ao terreno sem contactar previamente os líderes e recolhem informação de pessoas que não conhecem a realidade. Os líderes devem ser envolvidos para mobilizar a população.”</p>	<i>Ver resposta abaixo</i>	Questão já contemplada no QGAS e PEPI

PI&A	Comentário/Questão	Resposta	Forma de encaminhamento nos IAS
<p>Maria de Lurdes (Ponto Focal de Santana)</p>	<p>Apoia a intervenção anterior.</p> <p>Tem conhecimento de pessoas que necessitam de apoio, mas não tem capacidade de intervir. “Às vezes isto está ligado a interesses políticos.”</p> <p>Todos os que recebiam antes 480 Dobras vão ou não estar envolvidos neste Projecto?</p>	<p><i>Jurtalene Henriques (DPSSF)</i> - Os beneficiários das 480 dobras do Orçamento do Estado foram considerados como uma porta de entrada para o PRES.</p> <p><i>Daniel Vaz (AFAP)</i> - É preciso ter atenção que o Programa Família é dirigido a famílias vulneráveis, enquanto o programa PRES pode abranger outras famílias que estejam a passar por dificuldades, mas não obedece os critérios de vulnerabilidade socioeconómica exigidos pelo PRES.</p> <p><i>Jurtalene Henriques (DPSSF)</i> - O PRES é um programa sem condicionalidades. Havia diversas portas de entrada (associações de pessoas com deficiências, pessoas que tenham sido afectadas por incêndios e outras catástrofes, pessoas que já estavam na lista da Protecção Social, pessoas indicadas por outros ministérios, como da saúde e da educação, entre outro. A Protecção Social tem procurado identificar situações irregulares, para intervir. Se alguém achar que há pessoas que não merecem o benefício devem denunciá-las. Quando houve substituição de cartões no Programa Família, foram cancelados cartões de beneficiários em situação irregulares que havia sido denunciada.</p> <p><i>Adilson Silva (AFAP)</i> – É importante ter presente a existência do MRR, que possibilita a apresentação de reclamações.</p> <p><i>Madalena Dray (Consultora)</i> – O PEPI prevê que devem ser amplamente divulgadas as oportunidades de benefício, os critérios de elegibilidade, os procedimentos e o MRR. O MRR prevê recepção de queixas anónimas</p>	<p>Risco de captura de benefícios pelas elites e exclusão de vulneráveis já está considerado no QGAS</p>

PI&A	Comentário/Questão	Resposta	Forma de encaminhamento nos IAS
Ilídio dos Anjos (Ponto Focal de Angolares)	Concorda com a intervenção do Sr. Eugénio. “Os pontos focais precisam de ter uma identificação para serem reconhecidos na comunidade. No ano passado houve situações de indivíduo estranhos à Protecção Social, que fizeram cópia dos formulários de registo na e cobravam pelo registo de candidatos.”	<i>Euridice Fernandes (DPSSF)</i> - A DPSSF está a trabalhar para que os pontos focais tenham uma identificação, uma vez que têm contratos assinados.	
Bettencourt Neto (ARCAR)	Gostaria de saber se este projecto é uma continuidade ou se é novo? Os agentes no terreno (Pontos focais) devem ter a lista de todos os beneficiários.	Daniel Vaz (AFAP) – Trata-se de um novo projeto. Contudo, a inclusão de novos beneficiários é para os adicionais, sendo que os iniciais do PFV (cerca de 2624) mantêm-se. <i>Euridice Fernandes (DPSSF)</i> - Os pontos focais trabalham directamente com os Coordenadores Distritais, que possuem a lista de beneficiários.	
QUADRO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL E PLANO DE COMPROMISSO AMBIENTAL E SOCIAL			
Jessica Neves (SOS Mulher)	“O plano está muito completo, mas é preciso ter atenção à fiscalização, senão cada técnico faz como quer. É importante arranjar forma de garantir fiscalização.” Tem conhecimento de pessoas que andaram a preparar listas de entrada em troca de favores sexuais.	<i>Madalena Dray (Consultora)</i> – Caberá ao Especialista Ambiental e Social do Projecto fiscalizar a implementação das medidas. Terá também de preparar periodicamente relatórios ao Banco Mundial sobre o desempenho ambiental e social do Projecto.	Já considerado no QGAS

PI&A	Comentário/Questão	Resposta	Forma de encaminhamento nos IAS
Elsa Lombá (DPSSF)	Considera que a avaliação de risco de contaminação dos trabalhadores por Covid, não devia ser baixa a moderada, mas modera a alta ou pelo menos moderada, dado o risco derivado do mau comportamento dos beneficiários (usam mascaras sujas), a necessidade de manusear as fichas e o reduzido espaço físico disponível.	<i>Madalena Dray (Consultora)</i> – Concorda em considerar o risco Moderado. Nota que no QGAS é recomendado que o orçamento inclua verba para aquisição de máscaras faciais para os beneficiários.	Rever a avaliação do risco e medidas de mitigação no QGAS
Guiwalter Soares (Director do Trabalho, Emprego e Formação Profissional)	Para além da aplicação de Códigos de Conduta para todos os trabalhadores,” também se deveria considerar a assinatura de Códigos de Conduta por parte dos beneficiários, porque pode ser que um ou outro possa atacar funcionários.”		
Eugénia Neto (Associação de Cegos e Amblíopes de STP)	“Quando forem fazer recenseamento devem avisar a Associação, que consegue identificar onde e como vivem os cegos e amblíopes, grupo que muitas vezes é isolado pela própria família. A maioria dos cegos não tem qualquer rendimento. No projecto anterior houve um envolvimento com a Associação.	<i>Adilson Silva (AFAP)</i> – A Protecção Social deverá continuar a envolver a Associação de Cegos e Amblíopes	A incluir no PEPI

PI&A	Comentário/Questão	Resposta	Forma de encaminhamento nos IAS
Wilson Almeida (líder comunitário de Bombom e Almas)	Para facilitar o preenchimento dos formulários de reclamações por pessoas que têm dificuldade em escrever, os formulários deveriam incluir já alguns tipos de reclamações, com quadrado para assinalar com X.	<p><i>Daniel Vaz (AFAP) – Ressalta tratar-se de uma grande exemplo de contribuição no contexto da consulta pública, pois não se trata de apresentar queixas mas sim abordar problemas e propor soluções.</i></p> <p><i>Wilson Bragança e Adilson Silva (AFAP) – Agradecem a sugestão, que é bem acolhida.</i></p> <p><i>Madalena Dray (Consultora) – A linha telefónica poderá também ser uma alternativa de apresentação de queixas, para aqueles que têm mais dificuldade na escrita.</i></p> <p><i>Wilson Bragança (AFAP) – A linha verde ainda não está a funcionar a 100%, mas está nos planos da DPSSF formar atendedores.</i></p>	Reforçar no PEPI a necessidade de operacionalização da Linha Verde
Ilídio dos Anjos (Ponto Focal de Angolares)	Porque é que os agentes não andaram com identificação? Houve problemas na seleção de beneficiários por falta de identificação dos pontos focais do MRR.	<p><i>Wilson Bragança (AFAP) – A DPSSF está a estudar este assunto. No passado foram utilizados coletes de identificação, que foram suspensos por ter havido casos de falsificação.</i></p> <p><i>Daniel Vaz (AFAP) - Essa questão de “ser pobre” é subjectiva. Há pessoas que têm trabalhos sazonais o que não significa que não cumprem o critério de pobreza. Por outro lado, a percepção de que a pessoa bem apresentada não é pobre é errada, pois o fato de serem pobres não significa que tenham que estar mal vestidas. O PMT, baseado no Inquérito ao Orçamento Familiar, é o instrumento mais objetivo que se encontrou para a determinação dos níveis de pobreza. É, sim, preciso divulgar mais o PMT.</i></p>	Especificar no PEPI necessidade de divulgação do PMT.

PI&A	Comentário/Questão	Resposta	Forma de encaminhamento nos IAS
Eugénio da Conceição (Ponto Focal Cruzeiro)	Tem de haver um acompanhamento. Já houve situações de agressão física. Há casos de conflito entre homem e mulher, porque homem não concorda com a forma com que a mulher usa o dinheiro, há casos em que a mãe consome álcool e não apoia as crianças, há casos de falecimento. Nesses casos o cartão deveria ser transferido para outra família necessitada.		Já previsto no QGAS o acompanhamento de famílias sinalizadas com risco
Justino Lima (Secretário Geral da Cruz Vermelha)	Agradece a apresentação. A Cruz Vermelha actua a nível nacional, apoiando cerca de 150 pessoas vulneráveis. A acção foi muito afectada pela pandemia Covid. “Como é que o Projecto poderá apoiar a acção da Cruz Vermelha, no apoio aos vulneráveis? A Cruz Vermelha já tem vindo a trabalhar com a Protecção Social e está a estabelecer um protocolo com o ministério.	<i>Adilson Silva (AFAP)</i> – A Cruz Vermelha deverá ser considerada um stakeholder importante para este Projecto.	-
Gysilene Freire (Directora Regional de Ensino Pré-escolar da RAP)	“Sou ponto focal do PEP+. Há pessoas que às vezes não sabem fazer o bom aproveitamento do dinheiro. Levantam todo o dinheiro no mesmo dia e usam no álcool”. “As miúdas da Protecção Social estão sob risco de sofrerem agressão”. Há casos em que o homem tira o cartão da mulher e não dá prioridade à criança”. “As crianças é que sofrem”.	<i>Adilson Silva (AFAP)</i> – Há necessidade de capacitar as beneficiárias sobre o uso adequado do dinheiro e também para que haja confiança no banco, e evitar que se levante todo o dinheiro. O facto de já ter havido processos de falências de bancos em STP gera desconfiança por parte dos beneficiários.	Reforçar no QGAS a necessidade de educação financeira das beneficiárias

PI&A	Comentário/Questão	Resposta	Forma de encaminhamento nos IAS
Edilson Freire (líder comunitário RAP Zona Sul)	<p>Deve haver forma de gratificar os pontos focais, para que se entreguem ao trabalho e não percam o foco,</p> <p>A equipa da PS deve informar os pontos focais sempre que haja conhecimento de alguma situação irregular, para que o ponto focal possa acompanhar devidamente.</p> <p>Seria bom que a equipa social envolvesse o ponto focal no trabalho de sensibilização de famílias que vandalizam o valor que recebem.</p> <p>Dá os parabéns pela realização da reunião, mesmo com Covid.</p>	<p><i>Adilson Silva (AFAP)</i> – Tem-se procurado identificar formas de ultrapassar os problemas de eficiência do MRR, nomeadamente através de uma maior articulação com a equipa social.</p>	<p>Reforçar no PEPI a necessidade de articulação entre os Pontos Focais do MRR e os Técnicos Sociais</p>

ANEXO 4 - APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional
Direcção de Protecção Social, Solidariedade e Família (DPSSF)
Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
Agência Fiduciária de Administração de Projectos (AFAP)

PROTECÇÃO SOCIAL RESPOSTA E RECUPERAÇÃO AO COVID-19
(P178018)

**INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS
REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA**

8 Fevereiro 2022

1

Objectivo e Conteúdo da Reunião

Apresentação e recolha de contributos sobre:

- Projecto PROTECÇÃO SOCIAL RESPOSTA E RECUPERAÇÃO AO COVID-19, em preparação
- Esboços (Draft) dos Instrumentos Ambientais e Sociais
 - Plano de Envolvimento de Partes Interessadas
 - Quadro de Gestão Ambiental e Social
 - Procedimento de Gestão de Mão de Obra
 - Avaliação de Risco e Plano de Acção sobre Violência Baseada no Género
 - Plano de Compromisso Ambiental e Social

Os contributos serão integrados nos Relatórios Finais dos Instrumentos Ambientais e Sociais e considerados na preparação do Projecto

2

PROTECÇÃO SOCIAL RESPOSTA E RECUPERAÇÃO AO COVID-19

Descrição do Projecto em preparação

3

Objectivos

- Expandir a cobertura dos programas de protecção social e promover a formação de competências para os beneficiários de programas de protecção social
- Pretende dar continuidade ao Projecto Protecção Social e de Desenvolvimento de Competências (PPSDC)

A ser financiado por

BANCO MUNDIAL
BIRD - IDB | GRUPO BANCO MUNDIAL

4

Componentes e Principais Actividades

- **Componente 1. Reforço institucional do sector da protecção social**
 - Reforço das capacidades operacionais do DPSSF (8 técnicos para nível central e 30 técnicos sociais para os distritos)
 - Reforço do sistema de selecção dos beneficiários
 - Reforço do Sistema de Informação de Gestão e das ferramentas digitais
 - Reforço do Mecanismo de Reclamação e Reparação (incluir VBG)
 - Reforço das capacidades operacionais para responder aos choques
 - Reforço da comunicação com os beneficiários da protecção social
 - Financiamento dos custos administrativos e operacionais da implementação do projecto



5

REFORÇO DO SISTEMA DE SELECÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

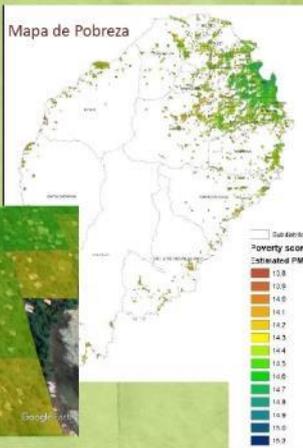
Focalização geográfica Mapas de Pobreza, com base em Imagem de Satélite de Alta Resolução, dados estatísticos do Inquérito ao Orçamento Familiar de 2017

↓

Focalização individual com base no inquérito à família (PMT)

↓

Validação pela comunidade




6

Componentes e Principais Actividades

- **Componente 2. Assistência social para o desenvolvimento do capital humano e inclusão económica**, visando aumentar os programas de protecção social para mitigar a pobreza e proteger o capital humano e os investimentos económicos (apoiará a extensão temporal do PFV-COVID-19 e a expansão da cobertura das actividades regulares de PFV e desenvolvimento de competências)
 - **Subcomponente 2.1. O Programa de Resiliência Socioeconómica para a resposta COVID-19** - extensão temporal do programa PFV-COVID-19 (abrange 16.000 beneficiários) por mais seis meses, até ao final de 2022.
 - **Subcomponente 2.2. Programa Famílias Vulneráveis (PFV)** - expansão e reforço o actual Programa Famílias Vulneráveis (aumentando o nº de famílias beneficiadas de 2.500 para 4.500) e actualização do valor do subsídio.
 - **Subcomponente 2.3 Oportunidades de desenvolvimento de competências para os beneficiários** (máximo de 120 beneficiários por ano) empreendedorismo, carpintaria, agricultura, entre outros



7

Componentes e Principais Actividades

- **Componente 3. Apoio à implementação do projecto**, financia custos associados à gestão fiduciária e gestão ambiental e social do Projecto
- **Componente 4. Componente Resposta de Emergência Contingente**, permitirá uma rápida reafecção das receitas do projecto no caso de uma catástrofe ou crise que tenha causado ou seja susceptível de causar iminentemente um impacto económico e/ou social adverso importante



8

Abrangência e Arranjo Institucional

- Abrangência nacional: todos os distritos da Ilha de São Tomé e a Região Autónoma do Príncipe



Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional (MLSFPT)

- implementação política e técnica



Direcção de Protecção Social, Solidariedade e Família (DPSSF)

- apoio operacional



Agência Fiduciária de Administração de Projectos (AFAP)

- implementação fiduciária do projecto e gestão ambiental e social

9

Requisitos Ambientais e Sociais

Definidos por:

- Quadro Político, Estratégico e Legal Nacional
- Quadro Ambiental e Social do Grupo Banco Mundial
 - Visa garantir a sustentabilidade ambiental e social dos projectos financiados pelo Grupo Banco Mundial
 - Inclui 10 Normas Ambientais e Sociais

6
RELEVANTES
para este
Projecto

NAS1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais

NAS2: Mão de Obra e Condições de Trabalho

NAS3: Eficiência de Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição

NAS4: Saúde e Segurança da Comunidade

NAS6: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos

NAS10: Envolvimento das Partes interessadas e Divulgação de informações



Requer preparação de três Instrumentos Ambientais e Sociais

10



11



12

Objectivo e âmbito

Objectivo Geral

Definir um programa de divulgação e consulta pública de informação, ao longo de todo o ciclo do projecto, para:

- Dar oportunidade a todas as partes interessadas (incluindo os mais vulneráveis/desfavorecidos)
 - Ter acesso a informação sobre Projecto (incluindo oportunidades de benefício) e formas de gestão ambiental e social
 - Apresentar opiniões, contributos
 - Apresentar reclamações, que são devidamente consideradas e resolvidas



Aplica-se a todas as partes interessadas, incluindo:

- Partes directamente afectadas
- Indivíduos ou grupos mais vulneráveis ou desfavorecidos

13

NECESSIDADES DOS GRUPOS / INDIVÍDUOS VULNERÁVEIS		
Indivíduo / Grupo Vulnerável / Desfavorecido	Factores de limitação de acesso a informação e/ou participação em acções de envolvimento	Necessidades
Famílias em pobreza extrema	Estigma pela sociedade Baixo acesso a meios de comunicação social Baixo nível de literacia, menor domínio da língua portuguesa	Mensagens claras Possibilidade de uso de línguas locais
População residente em áreas remotas e isoladas	Comunicação condicionada por estradas precárias e falta de acesso à energia e telecomunicações	Possibilidade de uso de línguas locais
Pessoas com falta de domínio da língua portuguesa	Dificuldades de compreensão das mensagens, por falta de domínio da língua	Uso de línguas locais
Indivíduos com deficiência ou doença crónica	Estigma da sociedade (em especial doentes de HIV/SIDA) Dificuldades de locomoção de doentes crónicos ou deficientes físicos limita participação em reuniões Deficientes visuais e auditivos terão barreiras no acesso a comunicação escrita ou oral	Transporte Contacto Porta-a-porta
Mulheres chefes de família (principalmente quando viúvas ou mães solteiras com filhos menores de idade)	Acesso à informação divulgada e a acções de envolvimento pode ser condicionado por discriminação da mulher na sociedade e no seio familiar, Dificuldades de compreensão das mensagens dado o menor nível de alfabetização e educação Menor domínio da língua portuguesa	Uso de línguas locais

14

MÉTODOS PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO				
Fase do Projecto	Informação a ser divulgada	Público-Alvo	Métodos propostos	Responsáveis
Preparação	Conteúdo do projecto e drafts dos Instrumentos Ambientais e Sociais	Todas as partes interessadas	Página da internet da AFAP	DPSSF
Implementação	Oportunidades de benefício, critérios de elegibilidade, procedimentos de selecção e de supervisão da selecção, incluindo aos grupos vulneráveis	Todas as partes interessadas	Meios de comunicação social (televisão, rádio, jornais) Página da internet da AFAP e MTSFFP/DPSSF Medias sociais (tais como Facebook, whatsapp)	DPSSF
		Comunidades Alvo	Afixação de informação nas comunidades alvo, em locais de afluência de possíveis beneficiários Rádios comunitárias Lideranças locais Reuniões comunitárias	DPSSF
	Informação sobre disponibilidade de acesso a MRR (incluindo para EAS/IAS) e forma de funcionamento	Comunidades Alvo	informação nas comunidades alvo, em locais de afluência de possíveis beneficiários Rádios comunitárias Lideranças locais Reuniões comunitárias	AFAP/ DPSSF
	Estatísticas de reclamações e resolução de reclamações do MRR	Todas as partes interessadas Comunidades Alvo	Página da internet da AFAP e MTSFFP/DPSSF Medias sociais (tais como Facebook, whatsapp) Lideranças locais Reuniões comunitárias	AFAP/ DPSSF AFAP/ DPSSF

15

MÉTODOS PARA ENVOLVIMENTO DE PARTES INTERESSADAS				
Fase do Projecto	Tópico de consulta / mensagem	Método a utilizar	Público-Alvo	Responsabilids
Preparação	Apresentação dos componentes do projecto e dos Instrumentos Ambientais e Sociais	Reunião de consulta pública <i>online</i> Reuniões individuais com partes interessadas chave	Todas as partes interessadas	DPSSF e AFAP
Implementação	Auscultação de preocupações e expectativas relacionadas com a implementação do Projecto, em especial com critérios de elegibilidade, procedimentos de selecção e supervisão	Reuniões comunitárias	Comunidades alvo	DPSSF e EAS AFAP
	Medidas de gestão ambiental e social consideradas nos Instrumentos Ambientais e Sociais, em especial o MRR	Reuniões comunitárias Reuniões com grupos de beneficiários	Comunidades alvo Beneficiários	EAS AFAP
	Recolha de contributos para melhoria da eficiência do projecto, com especial atenção para grupos vulneráveis	Reuniões com pequenos grupos de beneficiários	Beneficiários	DPSSF e EAS AFAP
	Apresentação de estatísticas do MRR e evidências que demonstrem que as preocupações e contributos foram devidamente consideradas pelo Projecto	Porta a porta, principalmente para famílias vulneráveis	Beneficiários	Beneficiários

16

ESTRATÉGIAS PARA INDIVÍDUOS / GRUPOS VULNERÁVEIS / DESFAVORECIDOS

Indivíduo / Grupo vulnerável/desfavorecido	Estratégias
Famílias em pobreza extrema	Contacto porta a porta por Técnicos Sociais
População residente em áreas remotas e isoladas	Canais de comunicação comunitários (como lideranças locais e rádios comunitários) Utilização de mensagens SMS Contacto porta a porta por Técnicos Sociais
Pessoas com falta de domínio da língua utilizada na comunicação	Nas reuniões utilização de língua local, sempre que necessário Preparação de material de divulgação em línguas locais
Indivíduos com deficiência ou doença crónica	Disponibilização de transporte de beneficiários com dificuldades de locomoção Contacto porta a porta por Técnicos Sociais
Mulheres chefes de família (principalmente quando viúvas ou mães solteiras com filhos menores de idade)	Promoção da participação da mulher, nomeadamente nas reuniões de divulgação do Projecto nas comunidades alvo e no Programa de Educação Parental Contacto porta a porta por Técnicos Sociais

17

CRONOGRAMA

Fase do Projecto	Tópico de consulta / mensagem	Cronograma
Preparação	Apresentação dos componentes do projecto e dos Instrumentos Ambientais e Sociais	Fevereiro 2022
Implementação	Oportunidades de benefício, critérios de elegibilidade, procedimentos de selecção e de supervisão da selecção, incluindo aos grupos vulneráveis	Antes do início da identificação de potenciais candidatos
	Informação sobre disponibilidade de acesso a MRR (incluindo para EAS/AS) e forma de funcionamento	Antes do início da identificação de potenciais candidatos
	Medidas de gestão ambiental e social consideradas nos Instrumentos Ambientais e Sociais, em especial o MRR	Continuamente ao longo da implementação do projecto, com periodicidade trimestral no Ano 1 e semestral nos restantes anos
	Recolha de contributos para melhoria da eficiência do projecto, com especial atenção para grupos vulneráveis	Continuamente ao longo da implementação do projecto, com periodicidade semestral no Ano 1 e anual nos restantes anos
	Apresentação de estatísticas do MRR e evidências que demonstrem que as preocupações e contributos foram devidamente consideradas pelo Projecto	Continuamente ao longo da implementação do projecto, com periodicidade semestral no Ano 1 e anual nos restantes anos

18

Mecanismo de Reparação e Reclamação



A Componente 1 do Projecto inclui actividades para melhoria do MRR.

No PEPI recomenda-se:

1. Melhoria da eficiência do MRR na resolução de reclamações relativas ao Desempenho do Projecto

- Definição de fluxogramas de resolução por tipologia de reclamação, com identificação dos intervenientes na resolução, responsabilidades e prazos de resposta por tarefa
- Definição de Funções e Responsabilidades no MRR
- Formalização do Comitês de MRR (Central e Distrital), definindo membros, responsabilidades e atribuições e periodicidade de reunião
- Integração de módulo MRR no Sistema de Gestão de Informação (SIIPS)
- Definição de formas de divulgação pública, periódica, de informação estatística sobre o MRR
- Continuação de campanhas de sensibilização sobre o MRR

19

Mecanismo de Reparação e Reclamação (cont.)



2. Extensão do MRR para os trabalhadores envolvidos no Projecto

- Disponibilização de caixas de entradas
- Procedimento específico de encaminhamento, conforme PGMO

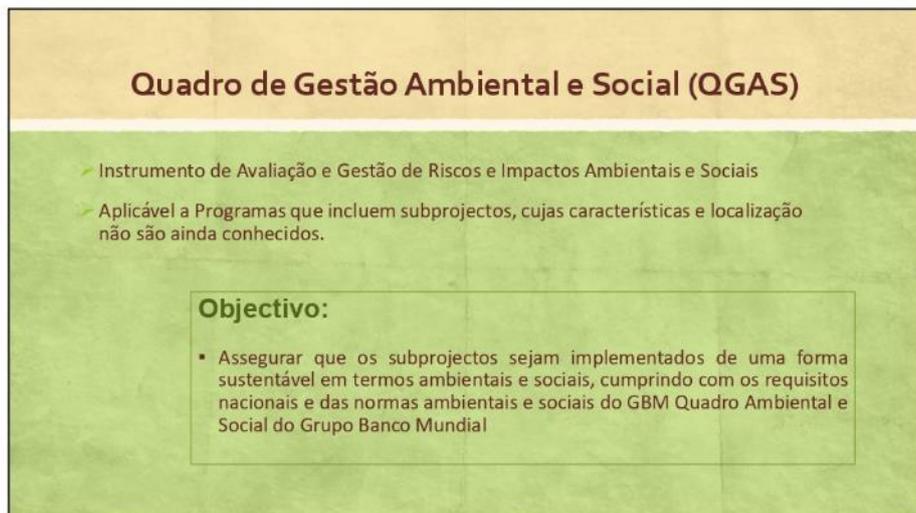
3. Integração de reclamações relacionadas com EAS/AS

- Procedimento específico para alegações de EAS/AS
- Adoptar princípios de
 - *Confidencialidade*
 - *Centralidade no Sobrevivente*
 - *Segurança do Sobrevivente*

20



21



22

Conteúdo do relatório do QGAS

- Descrição do Projecto
- Quadro Legal e Institucional de STP e Requisitos Ambientais e Sociais do Banco Mundial
- Breve caracterização ambiental e social
- Avaliação de Potenciais Riscos Ambientais e Sociais e Medidas de Mitigação
- Procedimentos para gestão ambiental e social
- Organização institucional
- Capacitação
- Orçamento

23

Riscos Ambientais e Sociais

- Riscos Contextuais
 - *Desastres naturais e mudanças climáticas*
 - *Limitações na rede viária*
 - *Limitações na oferta de ensino secundário*
 - *Limitações na oferta de ATMs fora da capital*
 - *Pandemia de Covid-19*
 - *Limitação de infraestruturas de gestão de águas residuais e de resíduos sólidos*

24

Riscos Ambientais e Sociais

- A implementação do projecto terá um impacto positivo para o país, já que a expansão do apoio a famílias mais vulneráveis, irá contribuir para a melhoria das suas condições de vida, aumentando a sua resiliência a choques sociais e climáticos e acima de tudo contribuindo para o desenvolvimento de capital humano nas gerações mais jovens, e consequentemente para a interrupção do ciclo da pobreza.
- Podem ocorrer riscos e impactos adversos inerentes às actividades do Projecto, que devem ser devidamente avaliados geridos.

Em termos gerais:
Risco Ambiental Baixo
Risco Social Moderado

25

Riscos Ambientais e Sociais

Adversos no AMBIENTE e na SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

1. Risco de trabalhadores serem contaminados por COVID, no decorrer das actividades do Projecto	Baixo a Moderado
2. Risco para a saúde e segurança ocupacional dos trabalhadores envolvidos	Baixo
3. Risco de saúde e segurança ocupacional envolvendo formadores e alunos	Baixo
4. Risco de degradação da qualidade ambiental provocados pela gestão inadequada de resíduos sólidos, efluentes e substâncias perigosas	Baixo
5. Risco de uso não eficiente de recursos	Baixo
6. Risco de perturbação de flora, fauna e habitats	Baixo

26

Riscos Ambientais e Sociais Adversos SOCIAIS e nas CONDIÇÕES LABORAIS		
1	Risco de captura dos benefícios do Projecto pelas elites e lideranças	Baixo a Moderado
2	Risco de famílias mais vulneráveis não serem priorizadas ou terem mais dificuldade em usufruir das oportunidades	
	Risco de não serem seleccionados para o Progr. Família Vulnerável	Baixo
	Risco de beneficiários de áreas remotas serem desfavorecidos durante a implementação	Moderado
	Risco de beneficiários de áreas remotas ou beneficiários com dificuldade de locomoção serem prejudicados no levantamento do valor	Moderado
4	Risco de conflitos entre candidatos/beneficiários e trabalhadores	Moderado
	Risco de conflitos com candidatos excluídos do Progr. Família Vulnerável	Moderado
	Risco de conflitos com beneficiários descontentes	Moderado

27

Riscos Ambientais e Sociais Adversos SOCIAIS e nas CONDIÇÕES LABORAIS (cont)		
5	Risco de os subsídios não serem utilizados para os fins previstos	Baixo a Moderado
6	Risco de violência doméstica contra a mulher induzida pelos benefícios que recebe do Projecto	Moderado
7	Risco de candidatos/beneficiários serem contaminados por COVID, no decorrer das actividades do Projecto	Baixo a Moderado
8	Risco de situações de Exploração e Abuso Sexual (EAS) perpetrada por Trabalhadores do Projecto contra candidatos/beneficiários	Moderado
9	Risco de trabalhadores do Projecto serem alvo de Assédio Sexual por parte de outros trabalhadores	Moderado
10	Risco de incumprimento da legislação laboral e requisitos da NAS2	Baixo

28

Medidas de mitigação

- Melhoria do sistema de selecção de beneficiários para minimizar riscos de captura pela elite ou desfavorecimento de famílias mais vulneráveis
- Continuação da implementação de medidas de prevenção de contaminação por COVID-19 nas actividades do Projecto
- Melhoria da eficiência do Mecanismo de Reparação e Reclamação




29

Responsabilidades pela Gestão Ambiental e Social do Projecto

ESPECIALISTA AMBIENTAL E SOCIAL DO PROJECTO (na DPSSF, com supervisão do coordenador AS da AFAP), responsável pela preparação de:

- Requisitos Ambientais e Sociais do Manual Operacional e Documentos de Concurso e Contratos (trabalhadores e consultores)
- Plano de Actividades Ambientais e Sociais
- Plano de sensibilização e capacitação Ambiental e Social para toda a equipa envolvida do Projecto
- Triagem de subprojectos, se necessário instrumentos ambientais e sociais específicos
- Gestão do Mecanismo de Reclamação e Reparação
- Monitorização da implementação das medidas e acções do QGAS e PEPI
- Elaboração de relatórios de desempenho
- Revisão do QGAS e PEPI sempre que necessário

Outros Intervenientes

- Oficial de Aquisição
- Oficial de Operações
- Oficial de Comunicação
- Direcção DPSSF
- Coordenadores Distritais
- Técnicos Sociais

30

Capacitação e formação

- Temas:
 - Política e directrizes ambientais e sociais do Grupo Banco Mundial, relevantes para o Projecto
 - Instrumentos Ambientais e Sociais do Projecto (PCAS, QGAS e PEP)
 - Plano de gestão ambiental e social do Projecto
 - Procedimento de gestão ambiental e social de subprojectos
 - Procedimentos de gestão de mão-de-obra, incluindo saúde e segurança ocupacional
 - Procedimentos de prevenção do Covid-19
 - Plano de Acção de VBG/EAS/AS
 - Mecanismo de Reclamação e Resposta
 - Gestão de Resíduos Sólidos

Destinatário	Prazo/Periodicidade	Duração
Equipa de coordenação DPSSF AFAP	de 2 vezes no 1º ano, a primeira logo após a contratação da equipa	5 dias
	Anualmente a partir do 2º ano	3 dias
Equipa terreno	de 2 vezes no 1º ano, a primeira logo após a contratação da equipa	2 dias
	Anualmente a partir do 2º ano	0,5 dia

31

Orçamento

Item	Item	Custos (USD)					TOTAL
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
1	Custos associados ao Especialista Ambiental e Social da AFAP (Remuneração e Despesas)	30 000	30 000	30 000	30 000	30 000	150 000
2	Prestação de serviço de especialista de VBG	20 000					20 000
2	Prestação de serviço para preparação de instrumentos ambientais e sociais para subprojectos		15 000	15 000	15 000	15 000	60 000
4	Envolvimento com partes interessadas e divulgação de informação (conforme estimativa constante no PEP)	20 000	15 000	15 000	15 000	15 000	80 000
5	Monitorização	15 000	15 000	15 000	15 000	15 000	75 000
6	Auditoria externa	15 000	15 000	15 000	15 000	15 000	75 000
7	Capacitação e Formação	20 000	15 000	15 000	15 000	15 000	80 000
	Subtotal	120 000	105 000	105 000	105 000	105 000	540 000
	Contingência	12 000	10 500	10 500	10 500	10 500	54 000
	Total	132 000	115 500	115 500	115 500	115 500	594 000

32

Procedimento de Gestão de Mão de Obra (PGMO)

Os OBJECTIVOS principais do PGMO são:

- Promover **condições de trabalho seguras e saudáveis**.
- Promover o **tratamento justo, não discriminação e a igualdade de oportunidades**.
- **Proteger os trabalhadores** do Projecto (directos e indirectos) incluindo categorias vulneráveis de trabalhadores, como mulheres, indivíduos com deficiências, crianças em idade laboral (entre 15 e 18 anos), trabalhadores migrantes.
- Evitar o uso de todas as formas de trabalho forçado e infantil.
- **Apoiar os princípios de liberdade de associação** e negociação colectiva dos trabalhadores do projecto, de maneira compatível com a legislação nacional.
- Fornecer meios acessíveis aos trabalhadores do projecto para **levantar preocupações e reclamações no local de trabalho**.

Aplicável a TODOS os trabalhadores envolvidos no Projecto (directos/contratados e comunitários)

33

Procedimento de Gestão de Mão de Obra (PGMO)

- Procedimentos para Mitigação da COVID-19
- Mecanismo de Reclamação e Reparação (MRR) interno para os seus trabalhadores
- Procedimento de Resposta a Emergências
- Códigos de Conduta

Aplicável a TODOS os trabalhadores envolvidos no Projecto (directos/contratados e comunitários)

34

Plano de Acção sobre Violência Baseada no Género

A VBG inclui diversas categorias (WB, 2020), sendo de destacar para este documento as seguintes:

- **Exploração sexual.** Qualquer abuso real ou tentativa de abuso de posição de vulnerabilidade, poder diferencial, ou confiança, para fins sexuais, incluindo, mas não limitado a, lucrar monetariamente, social ou politicamente com a exploração sexual de outro.
- **Abuso sexual.** Intrusão física real ou ameaça de natureza sexual, seja pela força ou sob condições desiguais ou coercivas.
- **Assédio sexual.** Qualquer avanço sexual indesejado, conduta verbal ou física ou gesto de natureza sexual, ou qualquer outro comportamento de natureza sexual que seja causador de ofensa ou humilhação a outra pessoa

Candidatos
ou
Beneficiários

Colegas de
trabalho

35

Plano de Acção sobre Violência Baseada no Género

MEDIDAS DE PREVENÇÃO

- Acções de sensibilização e divulgação para trabalhadores, beneficiários e comunidades alvo do Projecto
- Todos os termos de referência e contratos de consultores (individuais ou empresas) terão de incluir cláusulas com tolerância zero a VBG
- Todos os trabalhadores envolvidos no Projecto devem assinar o Código de Conduta que proíbe Exploração e Abuso Sexual (a candidatos/beneficiários) ou Assédio Sexual a outros trabalhadores

MECANISMO DE RECLAMAÇÃO preparado para alegações de VBG

- Canais de entrada e procedimentos específicos

Adoptando princípios de

- *Confidencialidade*
- *Centrado no sobrevivente e sua segurança*
- *Possibilidade de encaminhamento para serviços de apoio psicossocial, saúde e/ou jurídico*

36



37



38

Resumo dos Compromissos Ambientais e Sociais

- Preparar e fornecer ao Banco Mundial **Relatórios Semestrais** sobre o desempenho ambiental, social, saúde e segurança do Projecto (Notificação imediata ao BM de **incidentes e acidentes** (incl. VBG, acidentes de trabalho)
- Implementar e manter **especialista ambiental e social**
- Preparar e divulgar **Instrumentos de gestão ambiental e social** requeridos
- Implementar e manter operacional o **Mecanismo de Diálogo e Reclamações** desde o início da implementação do Projecto
- Instrumentos específicos para subprojectos, considerados necessários na **triagem** devem ser preparados, divulgados e aprovados, antes do início da sua implementação
- **Documentos de concurso ou aquisição** com contratados devem incluir requisitos ambientais e sociais aplicáveis
- Desenvolver e implementar um **plano de formação** em matérias ambientais e sociais

SCS

39

Obrigado

Instrumentos Ambientais e Sociais disponíveis em:

www.afap.st

40